investidor privado

Descida de juros promete abrir o apetite pelos certificados

negocios

negocios.pt

Segunda-feira, 9 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5320 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

ANTÓNIO MOITA
Vamos assistir a níveis de agressividade elevados
OPINIÃO 29

L. MARQUES MENDES
OE 2025: pode ser um dos Conselhos de Estado mais importantes do Presidente
OPINIÃO 31

ENTREVISTA
PEDRO DOMINGOS

"A inteligência artificial é a vingança da classe operária"

Professor de Ciências da Computação na Universidade de Washington e autor do livro "A Revolução do Algoritmo Mestre" não teme o que aí vem. Pelo contrário, acredita que a IA vai produzir vencedores em grande escala. "Temos é de ser nós a comandá-la", sustenta.

PRIMEIRA LINHA 4 a 9

Dennis Wise

Intermediários de crédito duplicam em cinco anos

Crise da habitação reforça atividade neste segmento. Ao todo, são já 6 mil os registados junto do Banco de Portugal. Supervisor aperta regras em 2025 e põe fim a vazio regulatório.

MERCADOS 20 e 21

Indústria
Martifer alarga negócio e entra nos países nórdicos
EMPRESAS 16

Comércio
Portugália quer contratar 500 e abrir mais 25 restaurantes
EMPRESAS 18 e 19

Sondagem
Se OE chumbar, Governo deve ter um novo e evitar eleições
ECONOMIA 10 e 11

Marcelo ouve de novo conselheiros já com proposta de OE

Marcelo Rebelo de Sousa acredita que o Orçamento para 2025 vai ser viabilizado. Ouve os conselheiros em pleno processo negocial.

Presidente da República tinha já convocado o Conselho de Estado para uma reunião no dia 1 de outubro, mais genérica. Agora, anuncia novo encontro para depois da apresentada a proposta do Governo, ainda sem data.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

O Presidente da República vai convocar novo Conselho de Estado para depois de apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2025, havendo antes, a 1 de outubro uma outra reunião mais genérica sobre a situação económica e financeira nacional e internacional.

A indicação foi dada este domingo em declarações aos jornalistas durante a Festa do Livro em Belém. "Na última reunião antes do verão tinha dito que haveria mais duas reuniões no segundo semestre", lembrou Marcelo Rebelo de Sousa, acrescentando que, além da já anunciada oficialmente este domingo de manhã para o dia 1 de outubro às 17:00, realizar-se-á uma segunda depois de conhecida a proposta do Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025), ou seja, depois de 10 de outubro, data-limite para a entrega do documento na Assembleia da República.

Para este segundo Conselho de Estado, ainda não há data marcada. "Logo que possa, marcarei o segundo", prometeu.

Para o Presidente da República, esta segunda reunião dos conselheiros tem duas notas "importantes": "primeiro ver a proposta de lei apresentada e [segundo] as reações à proposta de lei", afirmou em declarações transmitidas pela SIC Notícias.

Questionado sobre se a reunião marcada para o dia 1 de outubro seria uma forma de pressão, Marcelo Rebelo de Sousa contestou. "A ideia é o oposto. É falar-se à vontade sobre a evolução no mundo, na Europa e em Portugal e sem pressão da votação" do OE 2025 que deverá ocorrer, "em princípio, no final de novembro", afirmou.

"Eu avancei com o primeiro e avancei agora porque é para dia 1 de outubro e teria de ser com uma antecedência de duas a três semanas para enviar a ata da reunião anterior e para as pessoas marcarem nas suas agendas a data de 1 de Outubro às 5 da tarde para o primeiro dos dois Conselhos de Estado que eu tinha preanunciado antes do verão", referiu.

O Governo convocou uma segunda ronda de negociações para esta terça-feira com os partidos da oposição no âmbito do OE 2025. O Chega disse que se retirava das negociações, mas este domingo, o jornal Observador indicou que o partido estaria presente na quarta-feira para tomar conhecimento dos dados que o Executivo terá para dar. Nas últimas semanas, a retórica sobre o OE 2025 subiu de tom com o PS a garantir que não viabiliza o documento se as propostas do Governo para o IRS Jovem e o IRC se mantiverem tal como foram apresentadas. Já o Executivo mostrou abertura para negociar medidas. ■

Orçamento do Estado tem de ser entregue até ao dia 10 de outubro.

DIA

AÇÃO

Rússia congela ações do maior banco ocidental a operar no país

Metade dos lucros do banco liderado por Johann Strobl provêm da Rússia.

As ações do RBI – o maior banco ocidental a operar na Rússia – foram congeladas na passada quinta-feira por um tribunal do país. A ação judicial, que levou as ações a afundar, surge depois de o banco ter prometido alienar a atividade devido à pressão que tem sentido por parte de autoridades reguladoras internacionais. A operação no país foi responsável por cerca de metade dos lucros do grupo nos primeiros três meses do ano. ■

-7,12%

Variação este ano: **-10,5%**
Valor em bolsa:
5.496,6 milhões de euros

FRASE

"Hoje é um dia triste para a democracia na Venezuela."

JOSEP BORRELL
Alto representante da UE para os Assuntos Externos

FOTO

Dançar na praça

Mais de 2.000 alunos de escolas de dança participaram no festival de dança OnDance (Ballo in Bianco) com o bailarino italiano Roberto Bolle na Piazza Duomo em Milão. É a 7.ª edição do festival, que começou no dia 4 de setembro e terminou este domingo sob o lema "A viagem através da dança". A praça transformou-se numa gigantesca aula ao ar livre.

Fotografia: Matteo Corner / EPA

NÚMERO

As grandes marcas europeias de luxo perderam 240 mil milhões de dólares de capitalização bolsista desde o pico atingido em março, de acordo com o Goldman Sachs.

EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

Um equilíbrio instável

O Presidente francês avançou com uma dissolução da Assembleia Nacional e a convocação de eleições legislativas antecipadas, após o desaire eleitoral das europeias, numa jogada de risco, perante um caminho estreito e com poucas ou nenhumas alternativas. O país deu um sinal de força com uma vitória da Nova Frente Popular a afastar a extrema-direita da governação, mas sem uma maioria absoluta à esquerda o desejo de estabilidade não passou de uma miragem. Ninguém levou a sério Jean-Luc Mélenchon e é o país que enfrenta a encruzilhada emparedado entre a extrema-direita a extrema-esquerda.

Três meses depois, a França tem um novo primeiro-ministro, mas o fantasma da ingovernabilidade continua a pairar. Macron preferiu uma solução "au centre" que evitasse uma clivagem maior, mas fica dependente do partido de Marine Le Pen e parte da França voltou à rua para contestar a decisão do Presidente francês. O discurso do "golpe" tenderá a massificar-se, mesmo tendo o figurino constitucional sido seguido à regra.

Michel Barnier, antigo comissário, é hoje o homem do equilíbrio instável.

Michel Barnier, o rosto escolhido por Macron para o Matignon, é um político experiente e paciente, como se observou na longa negociação do brexit, mas terá grandes dificuldades em afirmar a sua legitimidade democrática.

Nas primeiras entrevistas que deu lembrou a "cultura do compromisso" que marcou a sua carreira, mostrou abertura e atenção aos franceses desinteressado da política e afastou a ideia de que tem margem para desenhar um programa político de equilíbrios que acalme a direita parlamentar e não ofusque a vontade dos muitos franceses que votaram no campo político oposto. Será um jogo de equilibrismo aquele que Barnier tem pela frente, sem certezas de que consiga assegurar a governabilidade.

O país da Liberdade, Igualdade e Fraternidade é hoje o mesmo que olha de lado para a democracia e que vê em Macron o carrasco que ignorou as urnas e anulou o sistema. Quem terá razão? Só o tempo dirá, mas nenhum dos caminhos seria feito sem sobressaltos. Barnier é o homem do equilíbrio instável, fazem-se apostas sobre quanto tempo irá girar sem tombar. ■

Dennis Wise

#O PODER DE FAZER ACONTECER

ENTREVISTA

PEDRO DOMINGOS

PROFESSOR DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO

BILHETE DE IDENTIDADE

 # FORMAÇÃO: Formado no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, ganhou o prémio de inovação SIGKDD. É "fellow" na Association for the Advancement of Artificial Intelligence.

 # CARGO Professor de Ciências da Computação na Universidade de Washington e autor do livro "A Revolução do Algoritmo Mestre".

"A inteligência artificial é a vingança da classe operária"

Costuma dizer meio a brincar que a IA é a vingança da classe operária. "As primeiras vítimas da automatização, há 200 anos, foram as pessoas da classe trabalhadora e do setor agrícola. Agora, chegou a vez de a burguesia ver o seu trabalho automatizado", aponta Pedro Domingos, professor de Ciências da Computação na Universidade de Washington e autor do livro "A Revolução do Algoritmo Mestre". Mas não está pessimista em relação ao que aí vem. Pelo contrário, acredita que, a longo prazo, a inteligência artificial vai produzir vencedores em grande escala. "Temos é de ser nós a comandá-la", enfatiza. Estes e outros tópicos serão debatidos na conferência de aniversário do Negócios, dia 7 de novembro, este ano dedicada à IA.

LÚCIA CRESPO lcrespo@negocios.pt

Pedro Domingos gosta muito do que diz Alan Kay, cientista de computação: "A melhor maneira de prever o futuro é inventá-lo". Foi também por isso que escreveu o romance "A Silicon Valley Satire", que tem como personagem principal um "chatbot", neste caso, um PresiBot. É uma paródia do momento atual. "Temos mesmo de usar a inteligência artificial para fortalecer a democracia. Se não o fizermos, a ditadura ganha", sublinha o professor de Ciências da Computação na Universidade de Washington.

Tem estado a preparar um romance, chama-se "2040", e a personagem principal é um PresiBot. É uma sátira ao mundo da inteligência artificial?

O livro tem como cenário as eleições presidenciais norte-americanas de 2040, e um dos candidatos é um "chatbot", neste caso, um PresiBot. É uma paródia do momento atual, uma sátira, que pretende sobretudo desfazer alguns mitos relativos ao mundo da tecnologia. Há vários preconceitos que levam a uma perceção errada da inteligência artificial (IA), associando-a ao "Terminator" e à Skynet. Muitas pessoas acham que os robôs vão exterminar os seres humanos e roubar os nossos empregos por serem demasiado poderosos. Mas o grande perigo da IA está na incompetência das pessoas.

Essa é sempre a questão de fundo: não tanto tecnologia em si, mas o uso que se faz dessa mesma tecnologia.

Sim, há o perigo real de a IA ser usada por pessoas com más intenções, por criminosos, por ditadores e regimes totalitários. Mas, para mim, o maior perigo é a inteligência artificial ser demasiado estúpida. Sublinho: o grande risco não é a IA ser demasiado inteligente, é mesmo ser pouco inteligente. O livro "2040" aborda a incompetência da IA e também a falta de aptidão das pessoas que a programam e utilizam. Quem usa estes sistemas tem de compreender bem aquilo que fazem bem e o que fazem mal. Há a ideia generalizada de que a inteligência artificial irá, em primeiro lugar, substituir tarefas mais manuais, como o trabalho operário, e não tanto atividades como a advocacia, a medicina ou profissões criativas. Na realidade, vai acontecer justamente o contrário.

O mundo dos chamados "white-collars" está mais ameaçado pela automação do que o mundo dos "blue collars"?

Costumo dizer meio a brincar, mas não inteiramente, que a inteligência artificial é a vingança da classe operária. As primeiras vítimas da automatização, há 200 anos, foram as pessoas da classe operária e do setor agrícola. Agora chegou a vez da burguesia ver o seu trabalho automatizado. Há, de certa forma, uma justiça poética nisto tudo. Sempre se disse que a criatividade era intrinsecamente humana e que a IA nunca iria conseguir ser criativa, mas estamos agora a ver que os sistemas conseguem escrever textos, criar imagens, editar vídeos e muito mais. Não falta criatividade, pode é eventualmente faltar fiabilidade.

Se o futuro dos humanos está nas tarefas manuais, e os robôs ficam com as tarefas mais criativas, os "escravos" somos nós?

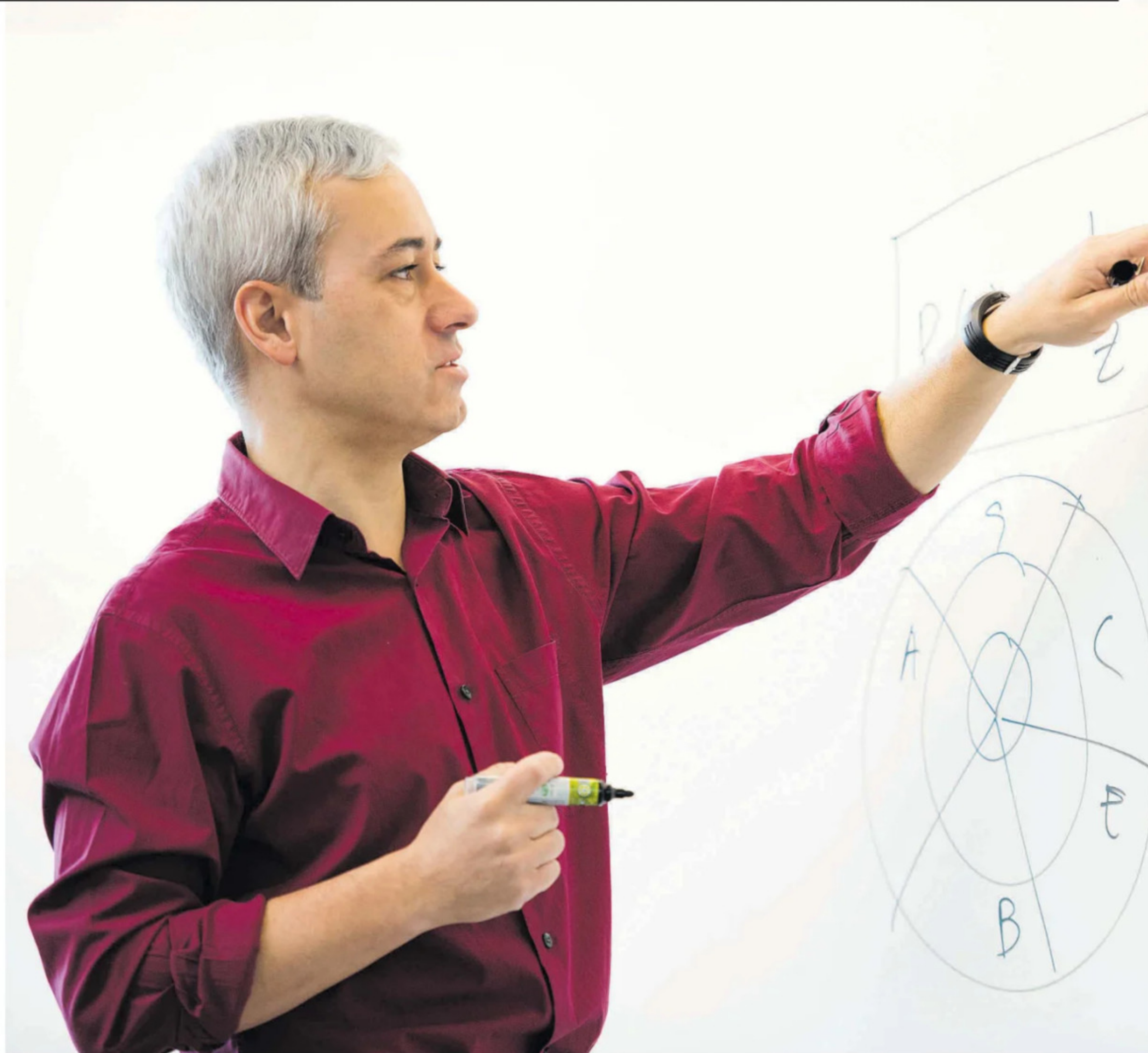
Percebo a raiz desse receio, mas, na realidade, somos todos "cyborgs": criaturas que são em parte humanas e em parte máquinas. Um exemplo banal: duas pessoas conhecem-se numa aplicação de encontros, foram "emparelhadas" por um algoritmo de inteligência artificial, e decidem namorar. De certa forma, o seu romance foi criado pela IA. Quando saem para jantar fora, usam a inteligência artificial para escolher o restaurante e, ao irem para esse restaurante, utilizam o GPS... Todos usamos cada vez mais as tecnologias, mas seremos sempre nós a comandar essas mesmas tecnologias.

> *"Hoje em dia, o mundo natural e o mundo tecnológico são realidades separadas, mas no futuro serão a mesma coisa. A ideia do "cyborg" ou do centauro vai avançar.*

O homem deve estar "com a máquina" e não "contra a máquina", é isso?

Sim. Temos sempre a ideia de que há uma oposição entre o homem e a máquina. Receia-se que IA possa significar o fim do emprego, um medo que persiste há 200 anos. A cada nova década, surge a estimativa de que a próxima inovação causará a extinção dos postos de trabalho, mas isso não se tem concretizado. O que realmente acontece é que o "homem com a máquina" tira o emprego ao "homem sem a máquina". Quando apareceram as caixas multibanco, por exemplo, muitas pessoas começaram a vaticinar: "isto vai ser a hecatombe do emprego no setor bancário". Mas não foi.

continua na página 6

Pedro Domingos PROFESSOR DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO

continuação da página 5

Não haverá assim uma redução da procura pela inteligência humana?

Pelo contrário, a procura pela inteligência humana tende a aumentar. Isto pode parecer pouco intuitivo, mas é simples: quando o custo de um produto ou de um serviço diminui, o valor dos produtos complementares aumenta, e o grande complemento da IA é a inteligência humana. Embora a IA baixe o custo da inteligência em alguns aspetos, e possibilite uma infinidade de tarefas antes inimagináveis, há muitas atividades que vão precisar da intervenção humana e que hoje ainda nem sequer conseguimos conceber – tal como há 30 anos ninguém sabia o que era um "web developer".

A aprendizagem automática é de facto uma revolução?

De algum modo, porque, pela primeira vez, qualquer pessoa pode programar computadores. Há dez ou até cinco anos, a programação era uma atividade reservada a engenheiros informáticos, o que acabava por ser uma barreira enorme à criação de "software". Hoje em dia, com ferramentas como o ChatGPT, que ainda estão em desenvolvimento, mas a aperfeiçoar-se continuamente, qualquer pessoa pode criar uma app e, até, ganhar a vida com isso, mesmo sem grandes conhecimentos de programação. Estamos finalmente a começar a chegar ao ponto em que os computadores conseguem interagir com os seres humanos em linguagem natural.

Costuma dizer que a inteligência artificial tem tido altos e baixos e que atravessou um grande "inverno" nos anos 1990. Estamos agora a viver uma nova "primavera" da IA?

A grande diferença está precisamente na aprendizagem automática. Nos anos 1980, no anterior "verão" da IA, os sistemas assentavam na programação direta. Por exemplo, os computadores realizavam diagnósticos médicos de uma forma razoavelmente eficaz, mas tinham de ser programados para isso. O pro-

Dennis Wise

blema é que, com a crescente quantidade de informação acumulada, tornava-se difícil programar de forma financeiramente sustentável. Além disso, os sistemas eram muito falíveis. Com a aprendizagem automática, não teremos de programar, pois o sistema aprende de forma autónoma e consegue fazer autoprogramação a partir dos dados acumulados e, quanto mais dados estão disponíveis, mais robusto o sistema se torna. De certa forma, essa é a grande vitória da aprendizagem automática: à medida que a quantidade de informação aumenta, os sistemas tornam-se mais inteligentes, sem necessidade de grande intervenção humana. O algoritmo aprende de forma automática.

A mesma máquina será capaz de fazer tudo?

Isso foi, de certa forma, o que Alan Turing formalizou: o computador é uma máquina que faz tudo. O mesmo computador pode jogar xadrez, pilotar um avião e funcionar como uma folha de cálculo. Há 100 anos, a ideia de uma máquina realizar mil coisas diferentes parecia absurda: havia máquinas específicas, como máquinas de escrever e de costura, e cada uma tinha a sua função. Na visão de Turing, o computador é uma máquina universal. Mas a máquina, por si só, não faz nada – lá está, precisa de ser programada, e esse é o papel dos engenheiros informáticos e dos programadores. A grande promessa da aprendizagem automática e do "algoritmo-mestre" – daí o título do livro – é que pela primeira vez teremos máquinas capazes de realizar todas as tarefas sem necessidade de serem programadas por alguém. Embora o computador de Turing seja uma máquina potencialmente universal, na prática, executa apenas as tarefas que alguém consegue programar; já a aprendizagem automática promete, pela primeira vez, criar máquinas realmente universais – máquinas que, sozinhas, são capazes de fazer tudo. Ainda não alcançámos esse tal "algoritmo-mestre", mas estamos a progredir rapidamente na sua direção, o que terá grandes consequências sociais, económicas, políticas e até psicológicas. É essencial estarmos preparados para essas mudanças.

A aprendizagem automática promete, pela primeira vez, criar máquinas realmente universais – máquinas que, sozinhas, são capazes de fazer tudo.

Qual a melhor forma de nos prepararmos?

O atual progresso da inteligência artificial não é algo inesperado, mas prever quando vai acelerar é mais difícil. O progresso nunca é contínuo, há fases em que acelera e outras em que estabiliza. Elon Musk, por exemplo, afirma que teremos inteligência artificial super-humana no próximo ano, enquanto outros acreditam que nunca chegaremos a esse ponto. É realmente difícil fazer previsões. No entanto, pessoalmente, acho que nada do que aconteceu até agora é muito surpreendente. Como é que nos devemos preparar para o futuro? Lá está, percebendo como funciona a inteligência artificial. Temos todos de aprender, não apenas os especialistas. Compreender a IA é como conduzir um carro. Não precisamos de saber como funciona o motor – essa é uma tarefa para mecânicos e engenheiros; temos é de saber utilizar o volante para guiar o automóvel. Temos todos de aprender a conduzir a inteligência artificial. É melhor que sejamos nós a guiá-la.

Para termos sempre o controlo das nossas próprias vidas?

A questão essencial é mesmo o controlo. O romance "2040" aborda precisamente essa batalha pelo controlo, um tema que tem acompanhado a história de todas as tecnologias. Quem controla a tecnologia, ganha; quem não controla, perde. A inteligência artificial será dominada por aqueles que a compreenderem bem e souberem utilizar. Acho é que o controlo da IA deve estar mais distribuído – deve estar nas mãos de todos.

A educação tem um papel essencial?

Sim, como aconteceu com a literacia informática. Hoje em dia, não basta saber ler, escrever e fazer contas, é preciso saber usar uma folha de cálculo. É importante que todos aprendam a usar a IA, como tiveram de aprender a utilizar uma folha de cálculo. Toda a gente vai ter de se habituar a usar a inteligência artificial, e um dos grandes benefícios do ChatGPT, apesar das suas limitações, é que está a iniciar esse processo. As escolas têm aqui um papel essencial junto dos mais novos, mas é também importante a formação contínua, uma ideia que aliás não é nova. A ideia de tirar um curso superior e ter o mesmo emprego durante 40 anos é algo que pertence ao passado. Com a rápida evolução da IA, as pessoas terão de estar sempre a aprender, quer no mesmo emprego, quer noutro. O que cada um deve fazer, já hoje, é compreender o que é a IA e pensar como usar esta ferramenta na sua profissão. Cada profissão tem determinadas tarefas que a IA é capaz de automatizar. Cada pessoa tem de descobrir quais são essas tarefas.

Costumo dizer que os "quatro cavaleiros do apocalipse da inteligência artificial" são a desinformação, a discriminação, o desemprego e a extinção.

Cada pessoa tem de usar a sua própria inteligência para tirar o melhor proveito da inteligência artificial?

Falamos da combinação estreita entre a inteligência artificial e a inteligência humana. No mundo do xadrez, há termos engraçados para falar sobre este tema. O Garry Kasparov, depois de ter sido derrotado pela IA, interessou-se muito pelo assunto e até partilhou comigo algumas curiosidades. Tendemos todos a pensar que os melhores jogadores de xadrez são máquinas, mas os melhores jogadores são os chamados centauros – neste caso, criaturas que são metade ser humano e metade computador. Os melhores resultados são alcançados a partir da colaboração entre seres humanos e computadores. Kasparov descobriu, através da própria prática, que há um processo de aprendizagem por parte do jogador de xadrez, que aprende a utilizar o sistema de maneira mais eficaz. Há aqui então uma aprendizagem bidirecional: os computadores aprendem sobre os humanos e os humanos aprendem sobre os computadores. Essa interação é essencial para os jogadores alcançarem os melhores resultados.

Um mundo de centauros e de "cyborgs" pode ameaçar as democracias? Existe, por exemplo, um maior perigo da chamada "ditadura das multidões"?

Costumo dizer que os "quatro cavaleiros do apocalipse da inteligência artificial" são a desinformação, a discriminação, o desemprego e a extinção. O perigo das "ditaduras das multidões" poderá ser considerado o quinto cavaleiro... Em qualquer sociedade, há o risco de uma ditadura das multidões e, de certa forma, quanto maior a sociedade, maior o perigo. No entanto, uma das grandes potencialidades da IA é precisamente combater esse risco. Infelizmente, as pessoas estão focadas nos medos. Por exemplo, Portugal tem 10 milhões de pessoas, e 10 milhões de pessoas são mais inteligentes do que uma única pessoa. Existe o paradoxo da psicologia das multidões, a ideia de que a

continua na página 8

continuação da página 7

multidão é mais estúpida do que um indivíduo, uma questão sociológica e psicológica interessante. Mas uma sociedade é uma multidão coordenada a colaborar entre si. Ora, o grande potencial da IA é aumentar a inteligência coletiva. A combinação de pedaços de conhecimento tem maior potencial quando impulsionada pela inteligência artificial. A integração do meu conhecimento com o de outros pode superar, em muitos casos, o conhecimento dos peritos.

O que pode beliscar o "orgulho" desses peritos e do conhecimento especializado.

Isso é a vida! Aliás, a curto prazo, a inteligência artificial produz vencedores e perdedores, e alguns perdedores têm culpa disso, outros nem tanto. Mas a longo prazo a IA vai produzir vencedores em grande escala. Comparemos o mundo de hoje com o de há 200 anos: o mundo atual é inimaginavelmente melhor. Esse progresso não aconteceu por acaso. A tecnologia dá-nos poder, e nós usamos esse poder para fins positivos ou negativos. Olhando para trás, e em jeito de balanço, temos utilizado a tecnologia sobretudo para fazer coisas boas e melhorar as nossas vidas. Mas isso não acontece automaticamente.

Como é que a inteligência artificial vai mudar a forma de fazer política?

No século XX, os primeiros grandes utilizadores de algumas das novas tecnologias foram as ditaduras, mas em última análise as democracias prevaleceram, em grande parte, porque utilizaram melhor essas tecnologias... Nas presidenciais norte-americanas de 2012, Barack Obama contratou o "chief scientist" Rayid Ghani, especialista em aprendizagem automática, e o trabalho realizado pela sua equipa representa o futuro da política. Ora, eles montaram uma operação para absorver diversos dados sobre eleitores de vários tipos, estimando, para cada eleitor, as áreas de interesse e a sensibilidade a mudanças na orientação de voto. Depois, todas as noites usavam um programa chamado "Optimizer" para definir com quem deveriam falar nos "swing states". Esta abordagem política assente em IA foi uma vantagem decisiva. Obama estava muito próximo de Mitt Romney e acabou por ganhar em quase todos aqueles estados. Nas boas democracias, os partidos geralmente andam taco a taco, e nesse contexto a IA desempenha um papel essencial. O político que souber utilizar melhor a inteligência artificial terá uma vantagem decisiva sobre aquele que não souber.

O mesmo acontece nas relações internacionais.

A nível externo, o país que utilizar melhor a inteligência artificial terá uma vantagem decisiva em termos económicos, políticos e militares. Pessoalmente, uma das situações que mais me alarma e que me faz perder o sono é pensar que, no século XX, a democracia prevaleceu porque utilizou melhor as tecnologias, mas que, no século XXI, a China está a destacar-se bastante. No Ocidente, especialmente na Europa, estamos excessivamente preocupados com os perigos da IA, em vez de usarmos a inteligência artificial para melhorar a democracia. Ora, Xi Jinping está a utilizar a IA para "melhorar" a ditadura. Temos mesmo de usar a inteligência artificial para fortalecer a democracia. Se não o fizermos, a ditadura ganha. E depois pode ser demasiado tarde para reverter a situação.

O novos soldados são os algoritmos, sobretudo no ciberespaço?

No exército do futuro, os algoritmos evolutivos vão superar em muito o número de soldados, salvando as-

sim inúmeras vidas. O ciberespaço é um dos melhores exemplos de uma área em que, sem IA, estamos "arrumados". Há perigos imaginários e reais, e o perigo no ciberespaço e da China e da Rússia nos estarem a "invadir" não é imaginário, é real. Na altura em que lancei o livro "A Revolução do Algoritmo Mestre" – a primeira edição é de 2017 –, falei com pessoas de várias agências que me disseram: antes, pensávamos na Defesa como um castelo, com muralhas fortificadas para manter o inimigo do lado de fora. Hoje, no ciberespaço, o modelo é diferente: é impossível impedir o inimigo de ultrapassar as muralhas: o inimigo já cá está dentro, não há nada a fazer. Temos é de aprender a combater o inimigo nas ruas, nas casas, casa a casa. E isso só pode ser feito com inteligência artificial, não há recursos suficientes para ser de outra forma. Se a China nos atacar com programas de IA, e nós tivermos apenas mil defensores humanos...

A infantaria é composta pelos algoritmos, mas os generais continuarão a ser humanos?

Essa é uma boa analogia. Nós, seres humanos, somos os capitães do barco. O capitão do barco tem um papel crucial, mas não é o barco em si. Temos todos de aprender a ser bons capitães, cada um no seu barco, cada país no barco maior do que a sociedade... O papel dos seres humanos é dirigir, adaptar, comandar.

Que país está a liderar melhor as suas embarcações e quem está a ganhar a corrida aos armamentos da inteligência artificial?

Há de facto uma corrida aos armamentos da IA, e no Ocidente há quem negue essa corrida ou ache que a devemos evitar. É uma ingenuidade. A corrida é uma realidade, e única coisa que podemos fazer é vencê-la. Inicialmente, a IA era desenvolvida sobretudo nos Estados Unidos e na Europa – também em Portugal temos bons grupos de aprendizagem de IA. Aliás, nos anos 1970, quando a maioria das pessoas nem sabia o que era a inteligência artificial, Portugal já tinha uma comunidade ativa na área... Nessa época, a China era um país em desenvolvimento. O que é irónico e frustrante para mim como europeu é que hoje, quando finalmente a IA se tornou extremamente importante e não apenas uma área de investigação, a China está em progresso acelerado e a Europa está a ficar cada vez mais atrás, de uma forma autoinfligida – a Europa não ficou para trás, fez-se ficar para trás. Já ninguém leva a Europa a sério no terreno da IA. A guerra é entre os EUA e a China. Em termos gerais, os Estados Unidos ainda estão à frente da China, mas, olhando para velocidade de progresso, mais uma década e a China pode superar a América em todas as áreas. É mesmo importante ganhar esta corrida, para evitarmos um mundo onde prevalece a ditadura.

> *No ciberespaço, é impossível impedir o inimigo de ultrapassar as muralhas. Temos é de aprender a combater o inimigo nas ruas, nas casas, casa a casa. E isso só pode ser feito com inteligência artificial.*

Portugal continua a ter uma boa comunidade de IA?

Continua, mas é um país pequeno. E é preciso distinguir a investigação fundamental da investigação aplicada. Em termos de aplicações, a Europa falha muito e Portugal também. É preciso aplicar a inteligência artificial nas mais diversas áreas, da saúde ao turismo. Precisamos de empresas que invistam nestas áreas. Nesse aspeto, sabemos que os EUA têm um ecossistema empresarial que promove essas inovações. Por outro lado, precisamos de evitar leis absurdas, como o AI Act, que só nos atrasam.

Mas há questões de privacidade, entre outras, que é preciso acautelar.

Valorizamos a nossa privacidade, e compreendo, mas olhar para a questão apenas sob essa perspetiva é um erro. Devemos ter em conta os benefícios da partilha de dados e pensar na forma como essa partilha pode ser feita. Como utilizar os dados em nosso benefício e em benefício de todos? Há muitas áreas em que acredito ser uma obrigação ética partilhar os meus dados. Por exemplo, pessoas com cancro beneficiarão da partilha de bases de dados. Ou seja, também devemos olhar para este lado da equação. E eu até acho outra coisa: a privacidade tende a ser uma preocupação dos mais velhos. Os jovens estão menos preocupados com isso. Gostam de viver a sua vida no Instagram.

Mas há exposições nefastas que até levam a situações de "bullying", por exemplo.

Sim, mas o verdadeiro problema é o "bullying" e não a privacidade. Claro que a privacidade é um valor importante e devemos sempre combater as más aplicações. Mas, historicamente, a ideia do direito à privacidade é até uma "invenção" recente, do final do século XIX. Há 200 anos, as pessoas viviam nas suas aldeias, e na aldeia não há privacidade, toda a gente sabe o que se passa com toda a gente, e hoje em dia vivemos na aldeia global. Houve uma fase breve na história da Humanidade do século XX em que se criou uma expectativa de privacidade que não existia antes e que vai voltar a não existir no futuro. O cidadão comum, em geral, não valoriza tanto a privacidade quanto se poderia supor. As pessoas sacrificam a sua privacidade por banalidades, o que demonstra que lhe dão pouco valor. Há perigos reais relacionados com esta questão, mas esses perigos estão a ser ignorados em favor dos exagerados. A questão central é: o que faremos com a inteligência artificial enquanto indivíduos, empresas e sociedade?

> *A curto prazo, a inteligência artificial produz vencedores e perdedores. Mas a longo prazo, vai produzir vencedores em grande escala.*

E o que virá depois da inteligência artificial?

Gosto muito do que diz Alan Kay, cientista de computação: "A melhor maneira de prever o futuro é inventá-lo". Prever o futuro é realmente difícil, mas o futuro também está nas nossas mãos. Não acho que a inteligência artificial nos conduza à singularidade – a singularidade é uma ilusão. Em vez disso, iremos ter uma série de curvas de progresso e, em última análise, alcançaremos uma sociedade que funcionará muito melhor. Pensemos nas inovações que a internet nos trouxe e que há 50 anos nos pareciam impensáveis. Com a IA, acontecerá algo semelhante, mas numa escala muito maior. Hoje em dia, o mundo natural e o mundo tecnológico são realidades separadas, mas no futuro serão a mesma coisa. A ideia do "cyborg" ou do centauro vai progredir. Basta olharmos para a Neuralink ou para o ciberespaço para perceber o nosso caminho.

O romance "2040" ajuda-nos a compreender melhor esses novos caminhos?

Uma das razões para escrever o livro é que me apercebi as pessoas compreendem melhor certas coisas através de uma história...

Este livro poderia ter sido escrito por um robô? Ou as histórias ficam para os humanos?

Neste momento, o ChatGPT até pode escrever livros, mas a sua qualidade deixa muito a desejar. A literatura pode ser uma das últimas formas de arte a ser automatizada. Para escrever um bom livro, é necessário um nível de compreensão da vida humana que o ChatGPT simplesmente não tem. Pelo menos ainda... ■

ECONOMIA

O ministro das Finanças tem de entregar o documento na Assembleia da República até ao dia 10 de outubro.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

Se OE chumbar, Governo deve ter novo e evitar eleições

Os portugueses insistem numa solução negociada com a oposição para o Orçamento do Estado para 2025. O PS é visto como o parceiro privilegiado. Já se o documento for chumbado, o Governo deve apresentar uma nova versão e evitar eleições e uma gestão em duodécimos.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

Falta um mês para a apresentação do Orçamento do Estado para 2025 e as posições para um entendimento estão longe se aproximarem, mas para a esmagadora maioria dos inquiridos da sondagem da Intercampus para o Negócios, CM e CMTV querem que o Governo tente negociar a viabilização do documento e, se tal não acontecer, apresentar uma nova versão.

De acordo com o barómetro de agosto, mais de 60% dos portugueses preferem que o Executivo avance com uma nova proposta de lei na Assembleia da República a voltar às urnas com eleições antecipadas. Apenas perto de um quarto opta pela uma demissão do Governo (23,7%) e uma pequena minoria, de 9%, aponta para uma gestão do Estado em duodécimos.

Os resultados desta sondagem, realizada entre os dias 29 de agosto e 4 de setembro, aproximam-se muito dos dados do último barómetro, em que o trabalho de recolha decorreu no final de julho. Mas desta vez, já o discurso político à volta da discussão do Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025), estava mais extremado.

Se em julho a primeira parte das negociações foi mais suave, o jogo, agora, começa a aquecer. Tendo em conta que os deputados do PSD e CDS são apenas 80, para conseguir aprovar o OE 2025, o Governo da AD precisa de uma abstenção dos 78 deputados do PS ou de um voto favorável dos 50 deputados do Chega.

O secretário-geral do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, reiterou na rentrée no final de agosto as linhas vermelhas do partido. A primeira condição era receber o quadro plurianual de despesas pública – o que aconteceu na passada sexta-feira. A segunda, a de que "nunca viabilizará um Orçamento do Estado que inclua ou tenha como pressuposto os regimes para o IRS [Jovem] e IRC que deram entrada na Assembleia da República." Para estas últimas, o Governo já manifestou alguma abertura de negociação.

Governo deve negociar viabilização

Seja como for, a esmagadora maioria dos inquiridos (84,1%) – à semelhança do que aconteceu no barómetro de julho – quer que o Governo e oposição negoceiem a aprovação do Orçamento do Estado.

Também com resultados muito próximos da sondagem anterior,

Miguel Baltazar

os inquiridos apontam o Partido Socialista como o parceiro preferencial para que as negociações (45,9%). É exatamente essa a mesma percentagem dos que consideram que essas conversações devem ocorrer em simultâneo com o Chega. De recordar que o partido de André Ventura já se colocou à margem das negociações com o Executivo.

Esta terça-feira, o Governo avança para nova ronda de encontros com a oposição sobre a proposta de OE 2025.

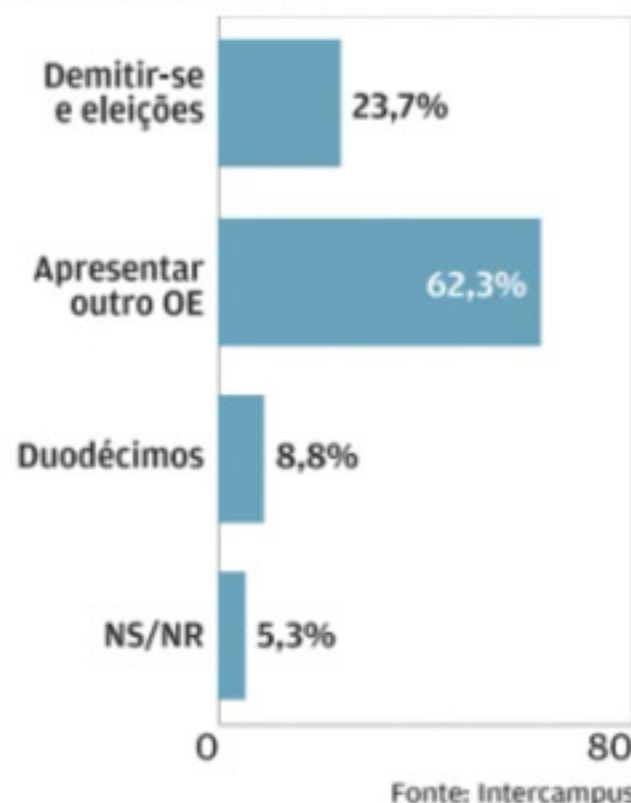
Questionados sobre a exigência do Chega para fazer depender a viabilização do Orçamento de um referendo à imigração e maior controlo das fronteiras, os inquiridos estão divididos. Quase metade (48,7%) considera que o Governo deve aceitar essa reivindicação e 43,7% dizem que não. No fundo, trata-se de um empate técnico.

Quando a pergunta é sobre a competência para liderar um governo, o atual primeiro-ministro volta a superar Pedro Nuno Santos. Perto de metade (46%) acredita que Luís Montenegro tem maior aptidão para liderar o Executivo, enquanto 31,8% aponta o secretário-geral do PS. ■

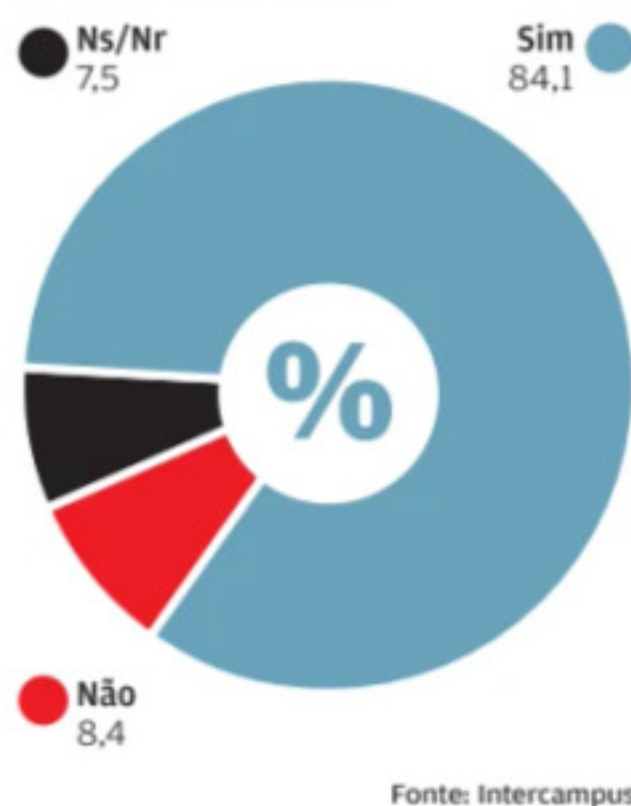
LARGA MAIORIA PREFERE NOVO OE

Se OE for chumbado o que deve ser feito? (%)

Quase dois terços dos inquiridos prefere que o Governo apresente um novo Orçamento do Estado em vez de nova ida às urnas. Apenas cerca de um quarto defende a demissão do Executivo e novas eleições legislativas.

Fonte: Intercampus

GOVERNO DEVE NEGOCIAR

Governo deve negociar viabilização? (%)

À semelhança dos resultados do barómetro de julho, a esmagadora maioria dos inquiridos quer que o Governo negoceie com a oposição a viabilização do Orçamento do Estado para o próximo ano, evitando rutura no Parlamento.

Fonte: Intercampus

FICHA TÉCNICA

Objetivo: Sondagem realizada pela Intercampus para a CMTV, com o objetivo de conhecer a opinião dos portugueses sobre diversos temas da política nacional, incluindo a intenção de voto em eleições legislativas. **Universo:** População portuguesa, com 18 e mais anos de idade, eleitoralmente recenseada, residente em Portugal continental. **Amostra:** A amostra é constituída por 604 entrevistas, com distribuição proporcional por género, idade e região. **Seleção da amostra:** A seleção do lar fez-se através da geração aleatória de números de telefone fixo/móvel. No lar a seleção do respondente foi realizada através do método de quotas de género e idade (3 grupos). Foi elaborada uma matriz de quotas por Região (NUTSII), Género e Idade, com base nos dados do Recenseamento Eleitoral da População Portuguesa (31/12/2023) da Direção Geral da Administração Interna (DGAI). **Recolha da Informação:** A informação foi recolhida através de entrevista telefónica, em total privacidade. Os trabalhos de campo decorreram de 29 de agosto a 4 de setembro de 2024. **Margem de Erro:** O erro máximo de amostragem deste estudo, para um intervalo de confiança de 95%, é de 4%. **Taxa de Resposta:** A taxa de resposta foi de 62,3%.

Governo vê receita a subir 4%. São mais 2,5 mil milhões de euros

A despesa deve agravar-se a um ritmo semelhante. Ministério das Finanças esclareceu valores do Quadro Plurianual de Despesas que não são comparáveis com os que aparecem no Orçamento do Estado.

A receita de impostos deverá subir no próximo ano 4,1% face ao valor esperado no Orçamento do Estado para este ano, representando um acréscimo a rondar os 2,5 mil milhões de euros, de acordo com os cálculos do Negócios, em contabilidade pública.

Estes valores têm por base os dados – ainda sem detalhes por imposto – avançados pelo Ministério das Finanças num esclarecimento enviado no sábado ao final da tarde, depois de no dia anterior ter divulgado o Quadro Plurianual de Despesa Pública (QPDP) e cujos dados não podem ser comparáveis aos apresentados nos orçamentos do Estado, tal como o Negócios escreveu na sexta-feira. Os dados do QPDP, detalha agora o gabinete de Joaquim Miranda Sarmento, não estão consolidados (valores transferidos entre entidades) e contabilizam ativos e passivos financeiros, ou seja, a despesa efetiva e não efetiva. A interpretação inicial, incluindo do Negócios, apontava para um aumento da despesa superior a 10% em 2025 face a este ano.

Assim, tendo por base os números agora divulgados pelas Finanças, a receita da administração central (o Estado no sentido estrito, que exclui as autarquias e regiões autónomas) cresce em 2025 4,1%. Usando os valores de receita previstos no Orçamento do Estado para este ano, estamos a falar de cerca de 2,5 mil milhões de euros, tanto numa ótica de caixa (contabilidade pública), como na ótica de compromissos (contabilidade nacional, a que conta para Bruxelas). Este crescimento está, no entanto, "mitigado pelas propostas de redução de IRS do Governo", refere a nota do Ministério.

De acordo com a informação dada pelas Finanças no referido comunicado enviado no sábado, a despesa deve também subir ao mesmo ritmo, de cerca de 4,1%, tanto na administração central como no conjunto das administrações públicas. Este acréscimo representa perto de 5 mil milhões de euros, de acordo com os cálculos do Negócios. De referir, no entanto, que deste valor está excluído o programa de gestão de dívida pública que, sublinha o gabinete de Miranda Sarmento, não contabiliza os reembolsos e emissão de dívida.

4,1%

SUBIDA

O Governo prevê que a despesa pública e a receita dos impostos cresçam um pouco acima de 4% no próximo ano.

Para que serve o QPDP?

Após insistência da oposição, Parlamento recebeu o documento em falta na Lei das Grandes Opções, ainda por votar, ao início da tarde da passada sexta-feira. O quadro é raramente escrutinado e pode ter vida curta com a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental prevista para breve, mas o Quadro Plurianual de Despesas Públicas ganhou nas últimas semanas lugar central no debate entre Governo e oposição, com o Partido Socialista a exigir a sua entrega antes de retomar as negociações do Orçamento do Estado.

Importa, contudo, esclarecer que os valores inscritos – além de estarem em contabilidade pública e não no registo de compromissos de despesa que se inscreve no Orçamento do Estado – não estão consolidados e não dizem respeito à despesa efetiva com a qual se apura o saldo público, mas antes aos gastos totais, incluindo com ativos e passivos financeiros.

É isso que explica que o quadro exiba para o próximo ano mais de 242,8 mil milhões de euros em despesa, num valor que representa mais do dobro dos gastos efetivos contabilizados nos anos recentes em orçamentos do Estado.

No entanto, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, o quadro de despesa entregue aos deputados não detalha a evolução do saldo estrutural. Trata-se de uma medida mais "estável" de avaliação da saúde das contas públicas uma vez que exclui do saldo orçamental o efeito do ciclo económico e de medidas temporárias e não recorrentes. A variação representa uma medida aproximada da ação discricionária do governo e, como tal, da orientação da política orçamental – se é contracionista ou expansionista.

Quase 6 mil milhões comprometidos

Independentemente do aumento da despesa que o Governo vai inscrever no Orçamento do Estado para o próximo ano, as contas já têm um espartilho significativo.

De acordo com o Quadro de Políticas Invariantes também entregue no Parlamento mas no final de agosto, a despesa já comprometida com essas medidas do passado, com novas tomadas pelo Governo e com as que foram aprovadas pela oposição no Parlamento já vai nos 5.773 milhões de euros. E ainda faltam medidas que o Governo já prometeu, como a descida do IRC, que ainda não está legislada, mas tem um impacto estimado de 500 milhões de euros. ■ PRP/MC

IMPOSTOS

Fisco ainda deixou dúvidas sobre tributação de bónus salarial

Autoridade Tributária esclareceu o entendimento sobre o universo a ser considerado e o âmbito da aplicação de um benefício fiscal sobre prémios até 4.100 euros, mas ficou a dúvida sobre o que fazer com as gratificações já pagas.

Miguel Baltazar

Já depois do ofício circulado, a AT respondeu a um pedido de informação vinculativa reafirmando o entendimento.

As empresas podem submeter uma declaração de substituição e resolver por essa via.

TIAGO MARTINS DE OLIVEIRA
Associado da Cuatrecasas

Os rendimentos respeitantes a gratificações de balanço (...) devem ser tidos em consideração para efeitos de determinação da taxa de retenção na fonte.

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA
Ofício Circulado

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt
MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

O esclarecimento da Autoridade Tributária sobre a isenção de IRS aos prémios até 4.100 euros atribuídos a título de distribuição de lucros de 2023 ainda deixou uma dúvida aos fiscalistas: o que fazer no caso em que esse bónus já foi pago antes desta explicação do Fisco?

A questão levantada pela sociedade de advogados Cuatrecasas fundamenta-se no facto de "na grande maioria dos casos" o pagamento das chamadas "gratificações de balanço relativas ao exercício de 2023" ter ocorrido "no primeiro semestre de 2024." Para Tiago Martins de Oliveira, associado da Cuatrecasas, faltou esclarecer esta parte, apesar de elogiar a utilidade do ofício da Autoridade Tributária (AT).

Então o que pode ser feito nestes casos? "As empresas podem apresentar uma declaração de substituição e resolver por essa via", sugere Tiago Martins de Oliveira. Assim, as empresas não terão de, em dezembro deste ano, depois de verificados os critérios, fazer as correções para devolver os montantes eventuais de retenções na fonte de IRS já efetuadas.

No final de agosto, um ofício circulado assinado pela subdiretora-geral da Autoridade Tributária (AT) responsável pelos impostos sobre o rendimento, Helena Pegado Martins, deu conta de que, apesar de isentos de IRS, os prémios a atribuir aos trabalhadores devem ser englobados no conjunto dos rendimentos recebidos no mês do pagamento na hora de ser calculada a taxa de retenção na fonte a aplicar – tal como sucederá para efeitos da liquidação de IRS final no próximo ano.

As dúvidas sobre o impacto na retenção na fonte foram também colocadas à AT em questão, com uma informação vinculativa publicada no Portal das Finanças a replicar este mesmo entendimento.

No ofício, informa-se que "os rendimentos respeitantes a gratificações de balanço, auferidos pelos trabalhadores, isentos de IRS, mas englobáveis para efeitos de determinação da taxa, devem ser igualmente tidos em consideração para efeitos de determinação da taxa de retenção na fonte aplicável aos restantes rendimentos auferidos pelo trabalhador".

O mesmo ofício esclareceu também mais dúvidas sobre a isenção legislada para este ano, incluindo a de saber se todos os trabalhadores na empresa terão de ter tido uma valorização salarial de pelo menos 5% em 2024 para que haja isenção de imposto no prémio. A AT indicou que a subida de 5% (a apurar na comparação das remunerações de dezembro de 2024 com as de dezembro de 2023) "é exigível para todos os trabalhadores da empresa, não bastando a verificação de um aumento médio de 5% dos salários". Ficou esclarecido ainda, entre outros pontos, que a isenção não é aplicável aos membros de órgãos sociais das empresas. ■

EDUCAÇÃO

Há quatro mestrados portugueses em Gestão no top mundial

Lista dos 100 melhores mestrados em Gestão do "Financial Times" conta este ano com uma nova estreia nacional: a Faculdade de Economia da Universidade do Porto. A Nova SBE é a única escola portuguesa a entrar no top 10. Mestrados da Católica e Iscte também recebem distinção mundial.

São quatros os mestrados portugueses entre os melhores do mundo em Gestão. A edição deste ano do "ranking" "Masters in Management" do Financial Times (FT) coloca mais uma escola portuguesa entre as 100 melhores para se tirar um mestrado nesta área. Trata-se da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), que entra na lista onde constam também a Nova School of Business and Economics (Nova SBE), a Católica Lisbon School of Business & Economics e o Iscte.

Na lista publicada anualmente pelo FT com base na análise de 19 indicadores, a FEP entra diretamente para 70.º lugar, destacando-se no retorno do investimento académico – os alunos recuperam mais rapidamente o valor investido em formação, atendendo aos salários atuais e à duração do curso e propinas –, progressão na carreira e igualdade de género entre estudantes e corpo docente.

"Esta distinção sublinha a excelência académica e reforça a FEP como uma das principais escolas de gestão a nível global", defende Óscar Afonso, diretor da FEP. "Este reconhecimento reflete a qualidade do nosso ensino, a relevância internacional do curso e o forte impacto na progressão de carreira dos nossos diplomados, espelhando o nosso compromisso contínuo com a inovação, a diversidade e a formação de líderes para um mercado global cada vez mais competitivo".

Entre as escolas portuguesas, a que tem a melhor classificação no "ranking" é, no entanto, a Nova SBE. Este ano, sobe ao 8.º lugar na lista, sendo a primeira e única portuguesa a integrar o top 10 mundial do FT no que toca a mestrados em Gestão. A subida acontece depois de o ano passado ter ficado, pela primeira vez, a fechar o top 15. Sobe, por isso, sete lugares, afirmando-se como a escola com o mestrado em Gestão cuja avaliação mais melhorou face a 2023.

A escola liderada por Pedro Oliveira destaca-se nos indicadores de mobilidade, experiência académica e no indicador de pegada de carbono. No que toca ao indicador de satisfação, a escola arrecadou uma pontuação de 9,31 numa escala até 10. "Este reconhecimento global é um reflexo do compromisso contínuo em formar líderes preparados para os desafios do futuro, mantendo sempre a excelência académica e a inovação como pilares fundamentais", diz Pedro Oliveira.

Com esta entrada direta no top 10, a Nova SBE torna-se ainda na primeira escola de negócios portuguesa a ter ambos os mestrados avaliados pelo FT (Finanças em 7.º lugar e Gestão em 8.º) na lista de 10 melhores à escala mundial.

Segue-se o mestrado em Gestão da Católica Lisbon School of Business & Economics, que ocupa o 27.º lugar na lista. Em comparação com o ano passado, a escola perde um lugar no "ranking" para a escola francesa de Grenoble, mas continua a registar uma elevada taxa de empregabilidade após a conclusão do mestrado (97%) e uma elevada proporção de professores e alunos internacionais, favorecendo o "enriquecimento da aprendizagem".

"Este resultado reflete o nosso compromisso em preparar os alunos para os desafios globais, com uma experiência educativa verdadeiramente internacional – mais de 90% dos nossos estudantes são de fora de Portugal. Combinamos rigor académico, inovação e foco na sustentabilidade, formando graduados prontos para liderar e fazer a diferença no mundo", refere o Dean da Católica-Lisbon School of Business & Economics, Filipe Santos.

Já o mestrado em Gestão de Empresas do Iscte Business School sobe duas posições para o 60.º lugar. A escola liderada por Maria João Cortinhal é destacada pela elevada taxa de empregabilidade após concluído o mestrado, corpo docente com doutoramento e sustentabilidade. "A melhoria de posição da Business School no "ranking" reflete a solidez e o prestígio da instituição", afirma Maria João Cortinhal. "Continuaremos a trabalhar para alcançar posições ainda mais elevadas nos próximos anos, mantendo o compromisso com a excelência e a internacionalização". ■ JA

4

MESTRADOS
Número de mestrados portugueses em Gestão que são integram a lista deste ano do "Masters in Management" do Financial Times.

NUMEROLOGIA

32.500
FUNCIONÁRIOS
A Comissão Europeia tem cerca de 32.500 funcionários e trabalhadores. Deste total, 810 são portugueses.

27
DISTRIBUIÇÃO
27 é o número de membros do colégio de comissários. Um comissário por Estado-membro.

14
LIDERANÇA
Desde a sua criação, a Comissão Europeia teve 14 presidentes: 13 homens e apenas uma mulher.

As várias vidas da Comissão, quem lá trabalha e as funções exercidas

A Comissão Europeia propõe leis, elabora o orçamento e zela pelo cumprimento do direito comunitário. Desde a sua criação, teve 14 presidentes. A atual líder, Ursula von der Leyen, tornou-se a primeira mulher à frente da instituição. Numa altura em que está em formação um novo executivo comunitário liderado pela alemã, o Europa Viva debruça-se sobre este órgão central do processo de decisão da UE.

VASCO GANDRA
em Bruxelas

Tem sede em Bruxelas e é o órgão executivo da União Europeia. Promove o interesse geral europeu e zela pelos Tratados. Resultou da fusão, em 1965, das estruturas executivas da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), Comunidade Económica Europeia (CEE) e Euratom, nascendo a então Comissão das Comunidades Europeias.

O executivo europeu detém o chamado direito de iniciativa, o poder de propor leis (diretivas e regulamentos) que depois são submetidas aos colegisladores – Conselho (Estados-membros) e Parlamento Europeu –, para aprovação. Controla a execução da legislação europeia e garante a sua correta aplicação pelos 27.

Elabora e gere os orçamentos anuais e detém o poder de emitir recomendações ou pareceres, em particular no âmbito da União Económica e Monetária. Na cena internacional, cabe-lhe a negociação de acordos comerciais em nome da UE e a representação dos interesses europeus.

É composta por um colégio de 27 comissários (um por Estado-membro) onde as decisões são tomadas coletivamente. O executivo trabalha sob a orientação política do presidente que distribui as pastas pelos comissários indicados pelos governos. É nessa fase em que estamos agora com Ursula von der Leyen a receber os nomes escolhidos pelos países e a atribuir-lhes as áreas de competência.

Olivier Hoslet/EPA

Ursula von der Leyen está a ultimar a composição do seu novo executivo comunitário.

Direções gerais e funcionários europeus

A Comissão está organizada em direções-gerais (39) e serviços e agências (17) que gerem e executam as políticas e os programas de financiamento. Segundo os últimos dados, a 1 de janeiro trabalhavam na Comissão 32.484 pessoas entre funcionários e trabalhadores com diversos tipos de contrato – um número relativamente reduzido tendo em conta que gerem as políticas ao serviço de 450 milhões de cidadãos (por exemplo, no ministério francês da Economia e Finanças trabalham 130 mil).

A Itália (com 13,9% do total) e a Bélgica (13,4%) são os Estados-membros com mais funcionários e trabalhadores. Seguem-se a França (10,2%), Espanha (8,2%) e Alemanha (6,3%). Portugal tem 810 nacionais a trabalhar na Comissão, o que representa 2,5% do total. O país com menos pessoal é o Luxemburgo (0,3%). Entre os serviços que mais trabalhadores empregam estão a direção-geral das Parcerias Internacionais, o Centro Comum de Investigação (que fornece perícia e conhecimento científico), a direção-geral para as Traduções e a direção-geral para a Política de Vizinhança e Alargamento.

Os presidentes e a presidente

Desde a sua criação, a Comissão Europeia foi presidida por 14 pessoas: treze homens e uma mulher. A atual presidente, Ursula von der Leyen, foi a primeira a chegar à liderança do executivo europeu. Alguns presidentes deixaram uma marca indelével no projeto de integração europeia e na chefia da Comissão, como é o caso do francês Jacques Delors.

Outros presidentes foram primeiros ministros antes de rumarem a Bruxelas, como aconteceu com Durão Barroso, o italiano Romano Prodi e os luxemburgueses Jean-Claude Juncker e Jacques Santer. Este último e o seu executivo demitiram-se na sequência de alegações de má gestão, tendo o espanhol e então vice-presidente Manuel Marín assumido uma inédita presidência interina de 6 meses. ■

Cofinanciado pela União Europeia

Programa Europa Viva. Domingo, às 11h25, na CMTV. Conteúdos podem ser consultados em Europa Viva, no site do Negócios

13ª EDIÇÃO

PRÉMIO NACIONAL AGRICULTURA 2024

O **BPI** e a **Medialivre**, com o Patrocínio do **Ministério da Agricultura e Pescas** e o apoio da **PwC**, prosseguem a sua parceria e a missão de dar voz à Agricultura em Portugal, reconhecendo e premiando o que de melhor se faz no sector agrícola em Portugal, através do **Prémio Nacional da Agricultura.**

Ao longo do percurso desta iniciativa, que vai para o seu **13º aniversário**, já foram distinguidos inúmeros projectos que se destacaram no panorama português, quer pela sua dimensão, quer pela capacidade inovadora ou até mesmo pela criatividade e juventudee, é este o foco principal: **premiar e valorizar os que fazem deste sector a sua vida.**

Lançamos agora a 13ª Edição do Prémio Nacional da Agricultura.

ASSISTA AO EVENTO DE LANÇAMENTO

9 de setembro | 17H00 | negocios.pt

MAIS INFORMAÇÕES
www.premioagricultura.pt

Apoio

Patrocínio

AGRICULTURA E PESCAS

EMPRESAS

CONSTRUÇÃO METÁLICA

Martifer chega aos nórdicos com ponte na Noruega

O grupo de Oliveira de Frades ganhou a adjudicação do fabrico, fornecimento e transporte de componentes metálicos para a nova ponte que ligará as cidades norueguesas de Langangen e Rugtvedt, obra de estreia da atividade fundacional da Martifer na Escandinávia.

D.R.

A Martifer participa na construção da nova travessia, que será erigida ao lado da já existente ponte Grenland, na Noruega.

RUI NEVES
ruineves@negocios.pt

Apesar de a indústria naval estar a menos de uma légua de se tornar a maior fonte de receitas da Martifer, a área da construção metálica, atividade fundacional do grupo, ainda segura, por ora, a liderança da faturação do universo industrial controlado pelos irmãos Martins e a Mota-Engil.

Sempre em busca de novas geografias, o grupo de Oliveira de Frades festejou este verão a estreia da sua construção metálica na Escandinávia: a francesa Eiffage Génie Civil adjudicou à Martifer Metallic Constructions o fabrico, fornecimento e transporte de componentes metálicos para a nova ponte Grenland, que ligará as cidades de Langangen e Rugtvedt, na Noruega.

"A adjudicação deste projeto permitiu assegurar o cumprimento de um dos objetivos estratégicos do grupo na área das construções metálicas: a entrada no mercado dos países nórdicos, mais especificamente, neste caso, na Noruega", afirmou ao Negócios fonte oficial da Martifer.

Nova travessia ao lado da ponte mais alta da Noruega

A nova travessia será construída ao lado da já existente ponte Grenland, que tem um comprimento total de 604 metros – com um vão principal de 330 metros – e cujo pilar, em forma de "H", tem uma elevação superior a 166 metros, tornando-a na ponte mais alta da Noruega.

O valor do contrato firmado pelo braço da construção metálica da Martifer "ronda os 3,2 milhões de euros" e a obra deverá ficar concluída até "dezembro de 2024", adiantou o mesmo responsável do grupo.

Obra marca a entrada da área fundacional da Martifer na Escandinávia.

Os componentes incluídos na empreitada da Martifer ("steel boxes" do mastro ou "pylon" e desviadores) fazem parte do mecanismo principal de estabilidade, "críticos para o funcionamento desta infraestrutura", enfatiza o grupo português. Nas tais "steel boxes", explica, "ocorre a transferência de carga dos tirantes para o mastro", enquanto "nos desviadores ocorre a transferência de carga dos tirantes para as ancoragens no solo".

Estes componentes, que totalizam cerca de 360 toneladas de estrutura metálica "com elevado rigor técnico e dimensional", serão fabricados pela Martifer em Portugal "e na Roménia serão transportados por via terrestre e marítima", detalha o grupo.

De referir que este projeto insere-se no contrato de conceção e construção que a subsidiária do grupo gaulês Eiffage ganhou para o troço do projeto E18, autoestrada de quatro faixas que ligará as duas cidades norueguesas.

Atividade fundacional vale 54% das receitas da Martifer

Na primeira metade deste ano, a área da construção metálica da Martifer faturou 68,1 milhões de euros, o representou 54% das receitas consolidadas do grupo neste período, que foram de 126,5 milhões, mais 21,1 milhões nos primeiros seis meses do ano passado.

E contribuiu com 5,9 milhões para os 20,4 milhões de euros de EBITDA do grupo registado entre janeiro e junho deste ano, com o resultado líquido consolidado homólogo a aumentar 27% para 11,5 milhões de euros. ■

ENERGIA

EDP e Engie escolhidas para negociar contratos nos EUA

Consórcio da EDP e Engie foi selecionado para negociar contratos de venda de energia de um parque eólico "offshore" em Massachusetts e Rhode Island.

O consórcio Ocean Winds, detido pela EDP e pela energética francesa Engie, foi selecionado para negociar contratos de venda de energia de nos Estados norte-americanos de Massachusetts e Rhode Island a partir de um parque eólico "offshore" que será construído a partir de 2025, anunciou a parceria luso-francesa em comunicado.

"A Ocean Winds [...] foi selecionada para negociar contratos para fornecer 1.087 MW de energia eólica 'offshore' a Massachusetts e 200 MW ao estado de Rhode Island no projeto 'SouthCoast Wind'", avança o consórcio.

O calendário do "SouthCoast Wind" aponta o início da entrega de energia à rede a partir de 2030 e vai agora começar a negociação de contratos com "as maiores energéticas de Massachusetts e Rhode Island". A construção do parque deverá arrancar no final de 2025, assim que receba as licenças a nível local, estadual e nacional e haja uma luz verde final ao investimento.

O consórcio Ocean Winds é detido, em partes iguais, pela EDP e pela Engie.

Projeto norte-americano mudou de nome e de mãos

Até março de 2024, o "South Coast Winds", criado em 2018 com a designação "Mayflower Wind", era detido em partes iguais pela Ocean Winds e pela gigante britânica Shell, mas nesse mês a petrolífera anunciou a venda da sua participação ao consórcio da EDP e da Engie, que assim passou a deter a totalidade do projeto.

O "South Coast Winds" prevê um investimento de 93 milhões de dólares (cerca de 84 milhões de euros ao câmbio atual) alocados a iniciativas que incluem "desenvolvimento local da força de trabalho, investigação de pesca e a científica ou a justiça ambiental". ■ HN

RESTAURAÇÃO

Portugália quer abrir 25 restaurantes e contratar 500 pessoas até 2029

Grupo familiar 100% português, conhecido pelas cervejarias, entra, no próximo ano, no clube das empresas centenárias. Mas, apesar da longevidade, é o potencial que ainda identifica dentro de portas que vai alimentar a expansão – pelo menos para já.

DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt

A sensivelmente um ano de completar um século de vida, a Portugália pretende "reacender a chama da expansão". O "menu" prevê pelo menos 25 aberturas e a contratação de mais de 500 trabalhadores nos próximos três a cinco anos, adianta o diretor-geral do Grupo Portugália Restauração, José Carvalho Martins, em entrevista ao Negócios.

O grupo, de capital 100% português, que pertence a duas famílias (Carvalho Martins e Carvalho Vinhas), tem um portefólio com sete marcas, com a cervejaria à qual vai beber o nome à cabeça, mas que inclui também a Trindade e a Ribadouro e os restaurantes La Brasserie de L'Entrecôte. Atualmente, conta com 47 espaços no país, dos quais 39 são Portugália, das quais apenas quatro são de rua. A maioria encontra-se sob o chapéu da Portugália Balcão, o conceito que abarca as lojas localizadas em "shoppings", e funciona em "franchising".

Vítor Mota

O diretor-geral, José Carvalho Martins, representa a quinta geração.

"A ideia é continuar com o mesmo ritmo de expansão no 'franchising' da Portugália Balcão, portanto, cinco por ano. Em termos de cervejarias Portugália de rua queremos voltar a abrir ao ritmo de duas por ano também nos próximos três anos, e também acreditamos que há espaço para mais cinco La Brasserie", diz José Carvalho Martins, desdobrando o plano de abertura de mais de 25 restaurantes até 2029. Este plano – enfatiza – "já permitirá crescer significativamente o universo da Portugália", a qual, a título de curiosidade, teve durante praticamente 70 dos seus 99 anos um único restaurante. Para acompanhar a expansão, o grupo estima serem precisas "mais de 500 pessoas". "É mais de 50% do nosso 'headcount'", reforça.

Essa expansão vai ser feita em casa. "Queremos focar no potencial das marcas portuguesas dentro de Portugal. É maior e é muito menos arriscado e muito mais rápido de operacionalizar do que tentar, por exemplo, abrir uma Portugália em Londres. Eventualmente, há já alguma expansão planeada para Espanha, mas não vai ser prioridade nos próximos três anos", afiança o diretor-geral do grupo que tem em Macau, desde 2015, a sua única cervejaria no estrangeiro.

Bússola aponta para norte

O mapa das novas localizações não está fechado, mas a bússola aponta para o norte do país, onde ficam as cidades onde a Portugália (tirando a dos "shoppings") acaba por não estar presente. A intenção passa por "experimentar" e "testar modelos" em "cidades secundárias". E, nesta lógica, Braga, Guimarães ou Aveiro poderão ser possibilidades. Embora o "franchising", que tem sido aposta, seja um modelo "interessante", porque "acaba por ser uma alavanca de expansão com risco ligeiramente mais baixo", José Carvalho Martins vinca que "há espaço para voltar a carregar na gestão própria".

> **Queremos focar no potencial que as marcas ainda têm dentro de Portugal. Eventualmente, há já alguma expansão [internacional] planeada para Espanha, mas não vai ser prioridade nos próximos três anos.**
>
> **O franchising acaba por ser uma alavanca de expansão (...), mas há espaço para voltarmos a carregar na gestão própria.**
>
> **JOSÉ CARVALHO MARTINS**
> Diretor-geral do Grupo Portugália Restauração

Um toque de modernização

O roteiro de expansão desenha-se numa altura em que o grupo não só já recuperou da sangria da pandemia, como já cresceu acima dos níveis pré-2019, segundo o diretor-geral que, embora sem facultar números concretos, garante que, em 2023, o grupo cresceu a um ritmo superior ao do ano anterior e "caminha para 50 milhões de euros de faturação". Além disso, surge como complemento a uma operação de "rebranding" descrita como "um dos mais significativos investimentos" do grupo, com mudanças que vão desde o logótipo, à palamenta (utensílios) e às fardas até à própria ementa, com o objetivo de "modernizar um pouco a Portugália", dando-lhe condições "para chegar aos 100 anos já pronta para os próximos 100".

50
FATURAÇÃO
Portugália Restauração, com um portefólio de sete marcas, conta 47 lojas no país. Grupo diz caminhar para faturação de 50 milhões de euros.

Manteigaria expande em França e estreia em Macau

Em paralelo ao universo Portugália há ainda a Manteigaria que, embora esteja fora do perímetro do Grupo Portugália Restauração, consolida na "holding" que o detém, por via da empresa Nata da Nata. "Quando a compramos, há três anos, tinha três lojas, hoje tem dez", realça Carvalho Martins, falando de "ambições muito grandes" para a fabricante de pastéis de nata que, no verão de 2023, se internacionalizou com a chegada a Paris. "Está a correr bastante bem. E, agora, iniciar-se-á uma expansão dentro de França e a Macau, onde contamos abrir a primeira Manteigaria no primeiro semestre do próximo ano, se tudo correr bem". ■

PERGUNTAS A
JOSÉ CARVALHO MARTINS
Diretor-geral do Grupo Portugália Restauração

“Restauração está claramente a passar dificuldades”

José Carvalho Martins atesta que se sente uma retração num setor volátil e a braços com a tarefa hercúlea de contratar.

Há recorrentes notícias de restaurantes a fechar portas devido à quebra de clientes. A restauração vive uma crise?
Está claramente a passar dificuldades, mas, como um todo, o setor não se encontra em declínio. Estamos a sentir este ano, como todos os concorrentes com quem falamos, que há eventualmente uma retração ou um abrandamento, mas nós temos crescido. Hoje em dia, a média de vida de muitos restaurantes não passa dos cinco anos. E, portanto, há muitos a abrir e muitos a fechar e acho que é uma tendência que se vai manter. Obviamente, em ciclos macroeconómicos mais negativos o número de fechos vai acelerar e nos mais positivos abrandar. Há barreiras relativamente baixas à entrada para abrir um restaurante e acaba por haver muita gente aliciada a entrar no negócio, que é inspirador e que pode ser divertido, mas que depois percebe que é preciso acontecer muita coisa para os números quadrarem. Depois, há claras dificuldades na retenção e a atração de talento.

Cada vez há menos pessoas a quererem trabalhar no setor. (...) Em loja é cada vez mais complicado contratar. 58% das nossas mil pessoas são estrangeiras.
JOSÉ CARVALHO MARTINS
Diretor-geral do Grupo Portugália Restauração

É porque paga mal?
Não. É porque cada vez há menos pessoas a quererem trabalhar no setor que sempre foi muito exigente e hoje talvez seja mais, porque o cliente também o é. Mas, essencialmente, as pessoas têm outras opções, mais alternativas com trabalho remoto, por exemplo. Temos investido muito em formação, a todos os níveis, que tem sido, aliás, uma das grandes ferramentas para conseguirmos atrair e reter recursos humanos e, depois, prestar um bom serviço ao cliente, mas em loja é cada vez mais complicado contratar: 58% das nossas mil pessoas são estrangeiras.

Mas o principal cliente da Portugália é português.
Sim, embora também gostássemos de apostar no turista, dando a conhecer uma experiência verdadeiramente portuguesa aos estrangeiros. Não temos forma de medir a percentagem de estrangeiros de uma forma fidedigna, mas visivelmente desde que lançámos a marca nova na Avenida Almirante Reis temos a sensação de que vemos mais do que anteriormente. ■

MERCADOS

CRÉDITO

Já há 6 mil intermediários. Regras apertam em 2025

Os intermediários de crédito registados junto do Banco de Portugal duplicaram em menos de cinco anos, segundo dados da ANICA, com a crise da habitação a reforçar a atividade neste segmento. O supervisor da banca está a preparar novas diretrizes relativas à publicidade que estes podem fazer.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

Nos empréstimos para comprar carro domina e na habitação está a crescer cada vez mais. A atividade de intermediação de crédito duplicou desde 2018: eram 3 mil os registados no Banco de Portugal e atualmente já chegam aos 6 mil, segundo a Associação Nacional Intermediários Crédito Autorizados (ANICA). O supervisor financeiro está a avançar com novas regras que põem fim a um vazio regulatório. Na prática, a partir de 2025 há restrições à publicidade, o que o setor vê como positivo pela uniformização que traz. Pede, contudo, maior clareza.

"Concordamos que tem de haver regras claras, mas temos de ser concisos – quais são os termos, o que pode ou não ser dito – e não genéricos", diz ao Negócios Tiago Vilaça, presidente da ANICA em reação ao documento do Banco de Portugal que foi colocado em consulta pública na semana passada.

Em causa está um projeto de aviso sobre as regras da publicidade a produtos e serviços financeiros supervisionados pelo BdP, à publicidade, à atividade e à publicidade institucional, difundida por instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica, bem como por intermediários de crédito e outras entidades habilitadas a exercer a atividade de intermediário de crédito, sendo que estas últimas não eram até aqui abrangidas.

A ideia é alargar o espetro de atuação para incluir este setor, mas também atualizar as diretrizes anteriores, de 2008 "face à evolução da atividade publicitária, relacionada com a crescente inovação financeira, a diversificação das práticas das instituições e a digitalização na comercialização de produtos e serviços financeiros", de acordo com o supervisor.

Segundo a ANICA, o crescimento acelerou em 2021, graças à maior procura por intermediação no crédito à habitação devido à crise. Neste segmento, cerca de 70% do crédito concedido passa por intermediários. Mas ainda abaixo dos 90% do crédito automóvel.

E o BdP considera que há expressões que "são suscetíveis de criar confusão" entre intermediação e concessão de crédito. É o caso de "possibilidade de financiamento", "especialista em crédito" ou "temos um crédito para si". Este é só um exemplo das diferenças que o supervisor quer implementar. E quer receber uma cópia, no início de cada campanha, em formato eletrónico, de todos os suportes publicitários. Outro exemplo são as "letras pequeninas". O BdP quer estabelecer um conjunto de regras sobre a dimensão mínima dos caracteres a utilizar em diferentes meios de difusão. Esse é um dos problemas que a ANICA vê, exemplificando com o caso de canetas ou camisolas, nos quais a questão do espaço se coloca.

> **[Há expressões] suscetíveis de criar confusão entre a atividade de intermediação de crédito e a concessão de crédito.**
> CONSULTA PÚBLICA
> Banco de Portugal

"Não é um tema consensual entre profissionais e BdP. É preciso distinguir entre publicidade a um produto ou serviço e à empresa", diz Tiago Vilaça, sublinhando que no primeiro caso fazem sentido as restrições, até porque clarifica o que pode ou não ser feito. "Tivemos casos de associados que foram notificados de forma individual sobre a forma como fazem publicidade", afirma. Já no segundo – da publicidade à própria empresa –, "é onde vemos um potencial problema", refere, acrescentando: "Já estamos bastante condicionados na forma como fazemos publicidade". E compara: "Se olharmos para o setor dos seguros, que atua também na área financeira, não tem tantas limitações.

O documento ficará em consulta pública até 17 de outubro, sendo depois esperada a apresentação do documento final até dezembro e a entrada em vigor no início do próximo ano. O Banco de Portugal deu a conhecer estas mudanças à ANICA, tal como à Associação de Instituições de Crédito Especializado (ASFAC).

"Houve uma enorme comunicação do Banco de Portugal, trabalho de preparação e esclarecimentos", descreve Duarte Gomes Pereira, secretário-geral. "Vem esclarecer muitos conceitos que estavam em aberto. Ainda há clarificações que são necessárias, mas é um caminho que se vai fazendo", diz o responsável da ASFAC, sublinhando que, para a associação que representa o crédito especializado, a preocupação é que não haja um sobrecarregar das firmas com a transposição da diretiva do crédito ao consumo, que terá de ser feita até ao final de 2025. ■

A regulação do Banco de Portugal em vigor é datada de 2008 e não abrange

Se olharmos para o setor dos seguros, que atua também na área financeira, não tem tantas limitações.

TIAGO VILAÇA
Presidente da ANICA

Ainda há clarificações que são necessárias, mas é um caminho que se vai fazendo.

DUARTE GOMES PEREIRA
Secretário-geral da ASFAC

Miguel Baltazar

intermediários de crédito, negócio que tem crescido nos últimos anos.

AÇÕES

Do "coaching" à IA, como a bolsa quer reforçar o ESG

No arranque da semana dedicada à sustentabilidade, o grupo Euronext anunciou o lançamento de novos produtos e serviços. Publica ainda um relatório de acompanhamento que mostra melhorias no índice PSI.

O grupo Euronext está a lançar uma série de produtos e serviços relacionados com critérios ambientais, sociais e de governo societário (ESG, na sigla em inglês). Entre as iniciativas – no âmbito da Euronext Sustainability Week – está uma nova oferta de "coaching", bem como uma solução de inteligência artificial (IA) para melhorar a transparência da gestão das cotadas.

Chama-se iBabs e é uma ferramenta baseada em IA de gestão de conselhos para "melhorar a transparência e governança dos conselhos de administração", explica o grupo, no comunicado de lançamento do evento. A solução promete gravar e transcrever automaticamente reuniões de conselhos, gerar resumos e atas, reduzir o trabalho manual e acelerar a distribuição.

Esta é uma das oito iniciativas lançadas na Euronext Sustainability Week. Além desta, há também um novo serviço de "coaching", concebido para apoiar diretores de sustentabilidade corporativa e executivos de topo na compreensão e adesão às regulamentações da União Europeia (UE) e aos padrões ESG globais. O serviço inclui formação e mentoria sobre a integração destas práticas.

Direcionada para pequenas e médias empresas (PME) é o novo serviço de consultoria ESG para apoiar na implementação das normas europeias de reporte de sustentabilidade (ESRS). "Este serviço oferece uma abordagem simplificada e económica para o reporte de sustentabilidade, adaptada aos desafios únicos enfrentados pelas PME", indica o grupo.

Ainda no campo do reporte ESG vai ser apresentada – ao longo do evento que foi lançado em Itália e alargado às restantes geografias do grupo em 2023 – uma versão atualizada a 2024 do guia que incorpora as mais recentes regulamentações da UE sobre ESG, desenvolvimentos recentes nestes padrões e estudos de caso.

Em simultâneo, foi formada a Euronext Sustainable Network, destinada a criar um ecossistema colaborativo entre os principais intervenientes europeus em finanças sustentáveis, incluindo firmas de investimento, bancos, advogados, empresas de auditoria e consultoria, "carbon brokers" e fornecedores de dados.

"Esta rede focar-se-á em promover as melhores práticas ESG, apoiar as cerca de 1.900 entidades emitentes europeias e 6.000 investidores internacionais associados à Euronext, e melhorar a colaboração para impulsionar a inovação nas práticas ESG. Além disso, procurará avançar as finanças sustentáveis através do alinhamento de esforços entre 'stakeholders', bem como fortalecer a educação dos membros sobre tópicos ESG, regulamentações e tendências emergentes", indica.

Na última edição do evento, a Euronext tinha lançado o My ESG Profile, que é agora reforçado com o lançamento do serviço ESG Peer Benchmarking Report que permite que as empresas cotadas comparem o seu desempenho ESG com os pares em mais de 50 indicadores ao longo de quatro anos.

Aproveitando os dados recolhidos pelo parceiro Cofisem, a Euronext apresenta igualmente um relatório de tendências ESG 2024. O estudo indica que as empresas do PSI reduziram as suas emissões de gases com efeito de estufa em 39% entre 2021 e 2023. Em média, a intensidade de emissões diminuiu 25% e a sua intensidade energética (consumo/receitas) diminuiu 18% entre 2021 e 2023. No que diz respeito à diversidade de género nos conselhos de administração, houve um aumento de 3,3 pontos percentuais para as empresas do PSI no mesmo período.

Por último, no campo da educação, é ainda lançado o Euronext Trading Game, uma competição europeia de simulação de negociação em bolsa destinada a estudantes universitários nas localizações em Portugal, na Bélgica, em França, na Irlanda, em Itália, na Noruega e nos Países Baixos. ■

LMF

-25%

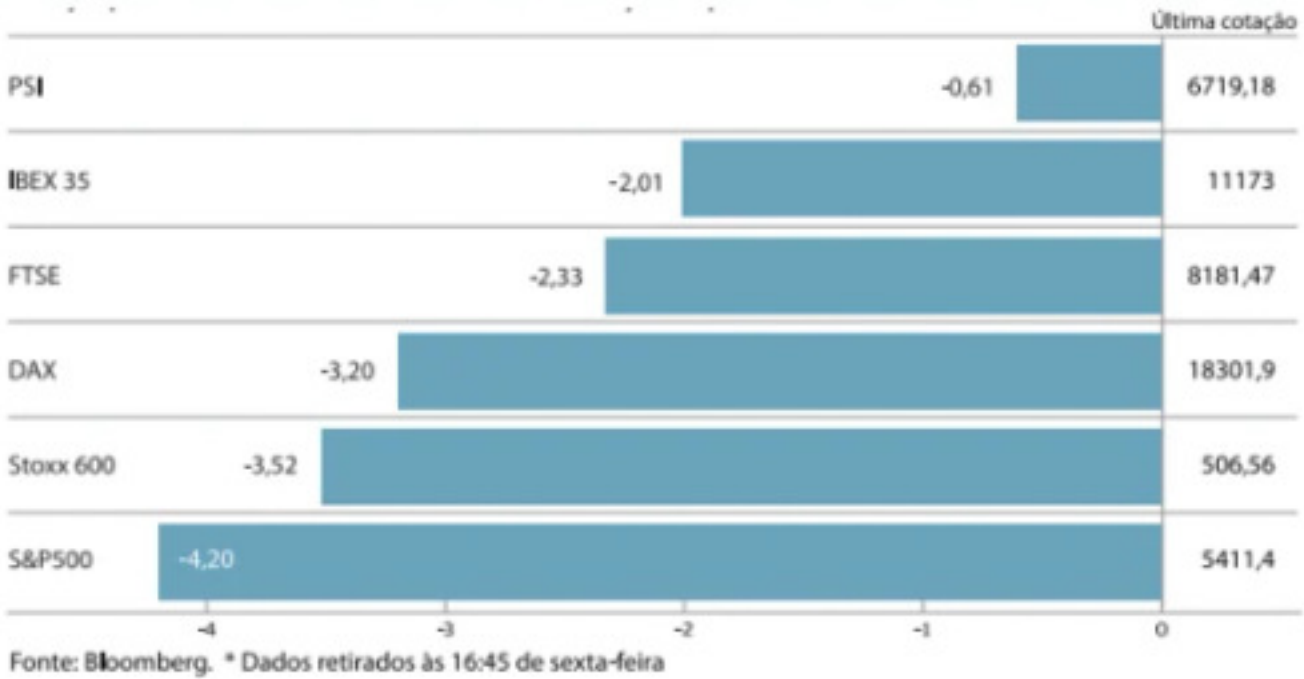
EMISSÕES
Relatório de tendências ESG mostra que o PSI diminuiu as emissões de gases com efeitos de estufa em 25% entre 2021 e 2023.

A SEMANA NOS MERCADOS

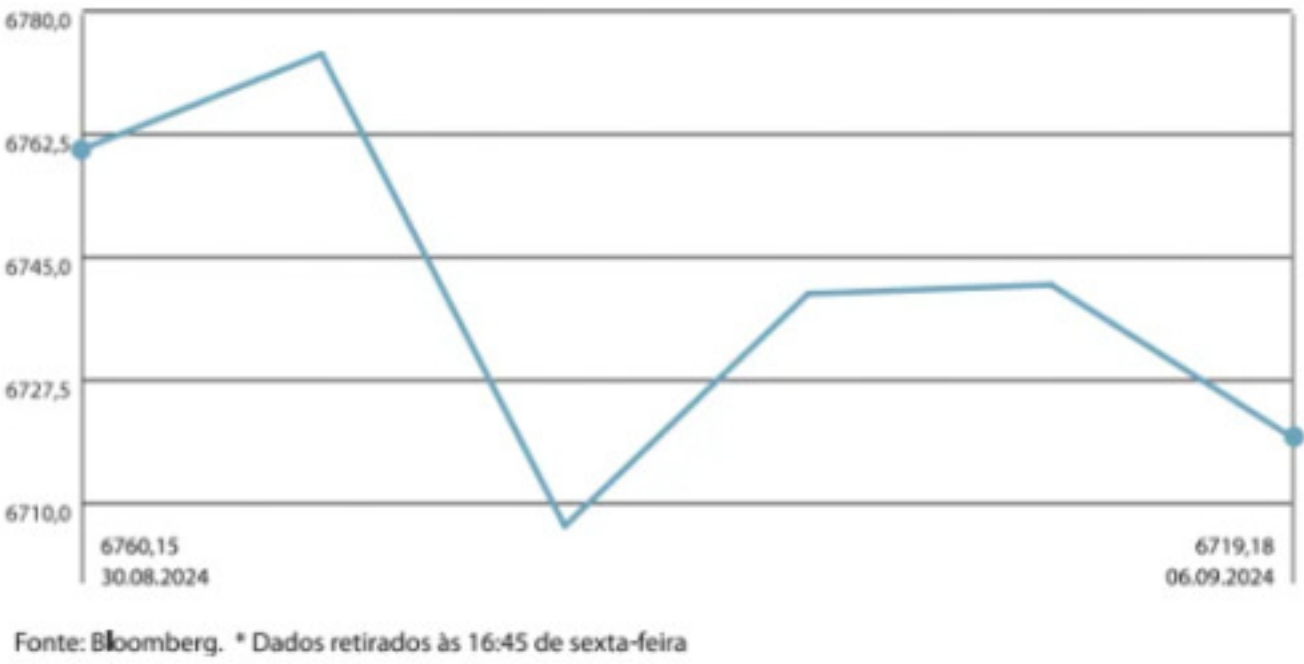
As bolsas europeias e norte-americanas registaram um saldo semanal negativo, numa altura em que os receios de recessão nos EUA têm estado a mexer com o sentimento dos investidores, deixando-os mais cautelosos e avessos ao risco.

STOXX 600: MAIOR QUEDA EM 18 MESES

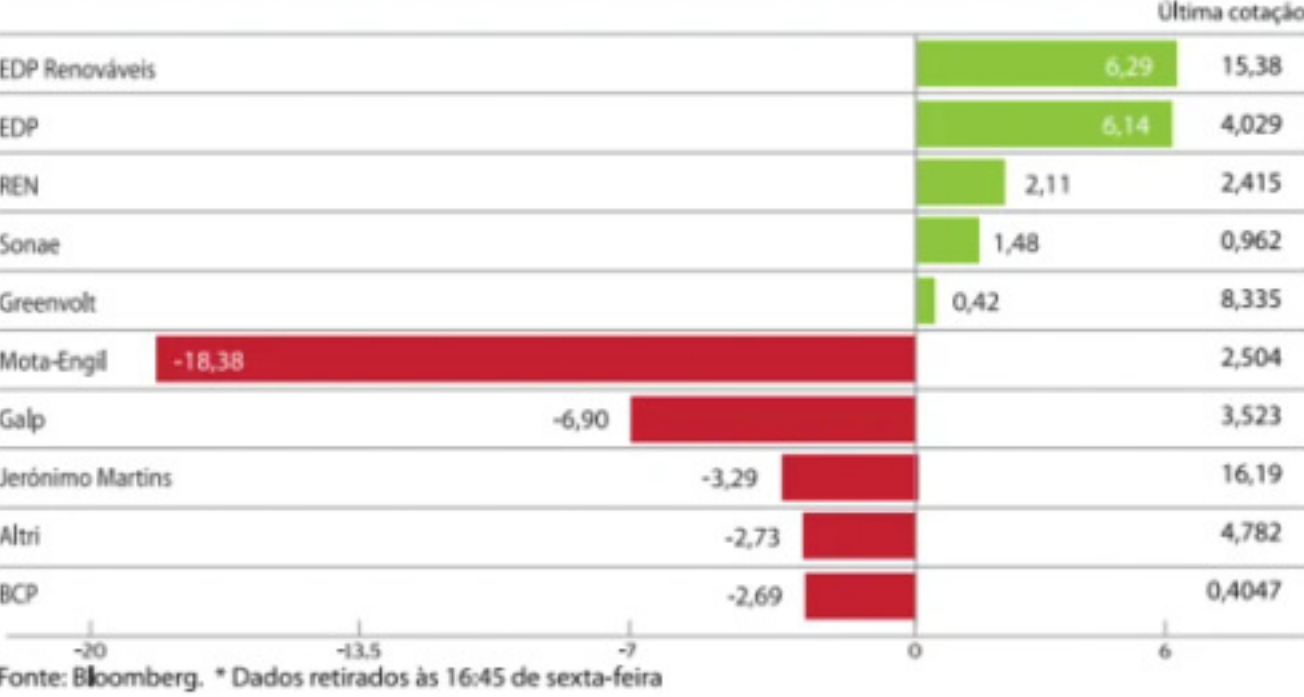
Variação percentual dos índices na última semana. Cotação em pontos

As bolsas de ambos os lados do Atlântico caíram com os receios de recessão nos EUA e devido ao menor crescimento do PIB da Zona Euro e da UE no segundo trimestre. O índice de referência europeu Stoxx 600 perdeu 3,52%, a maior queda desde março de 2023.

PSI DESVALORIZA NA SEMANA

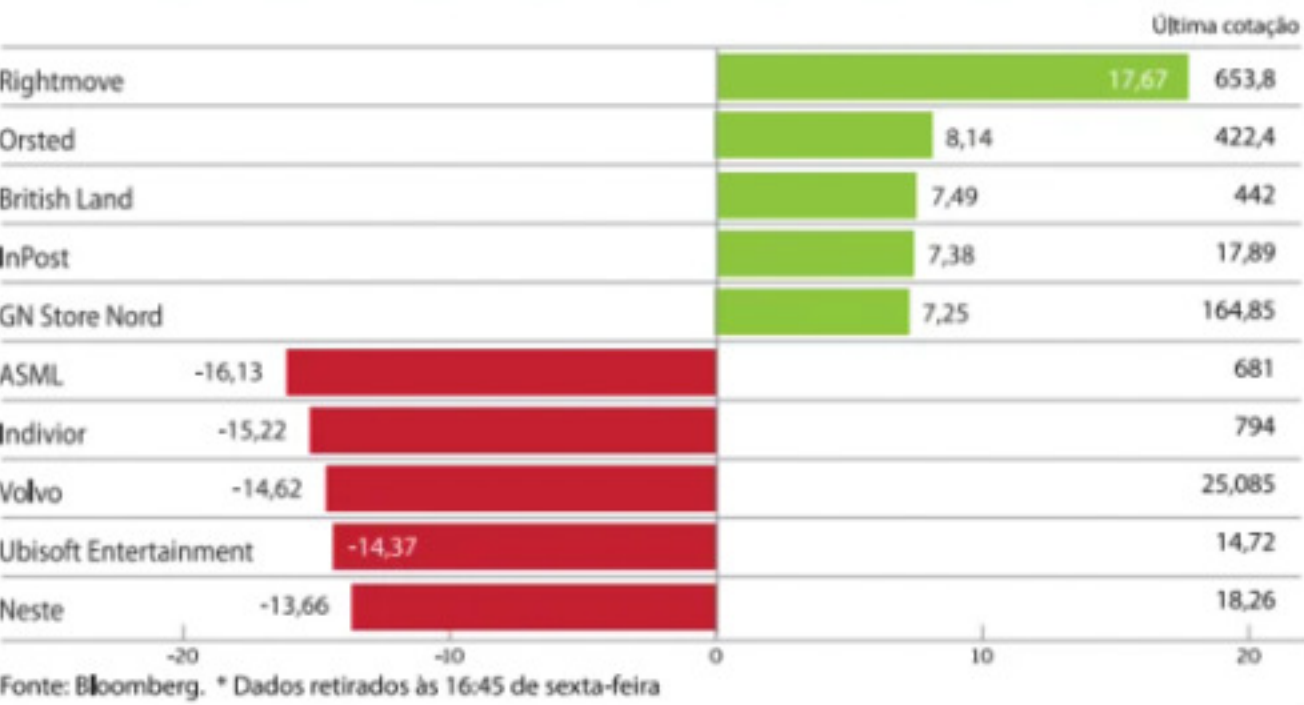
Evolução do PSI na última semana. Cotação em pontos

O índice de referência nacional recuou no cômputo da semana, a acompanhar o mau momento da generalidade das restantes praças da Europa Ocidental, com o PSI a ceder 0,61% – que, ainda assim, foi a menor queda entre os seus pares – e a reduzir o ganho anual para 5,04%.

MOTA LIDERA PERDAS EM LISBOA

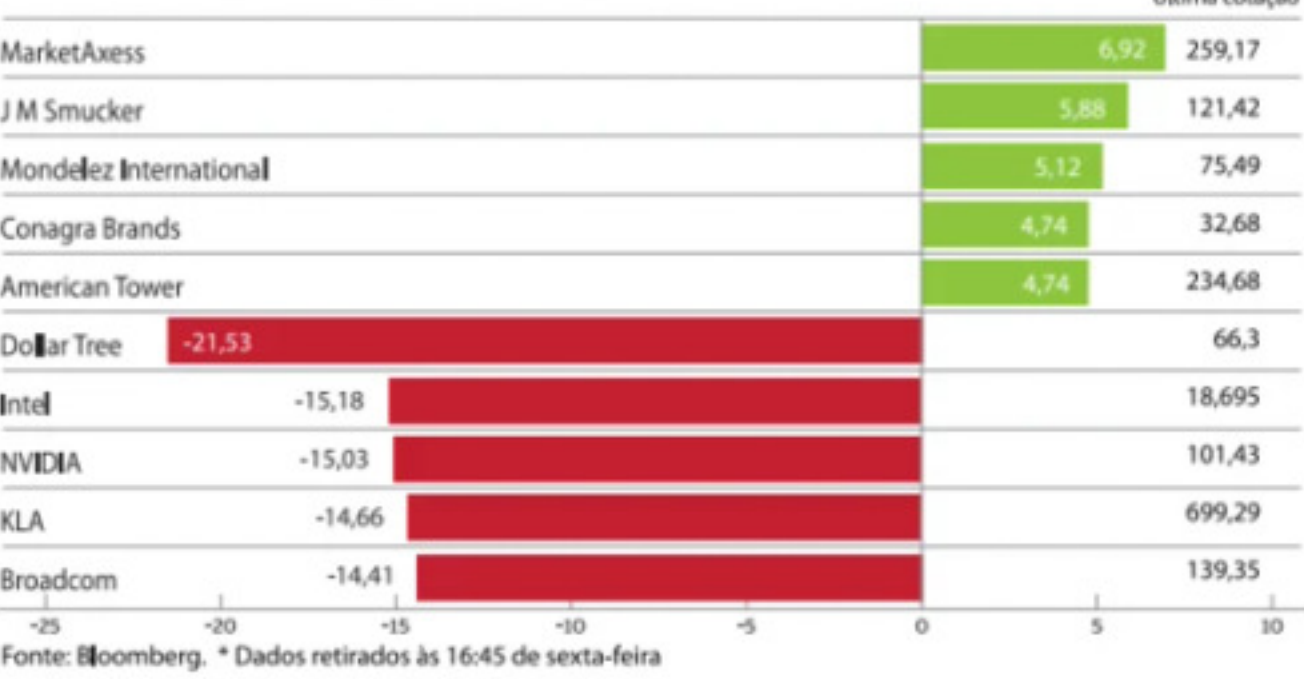
Melhores e piores desempenhos das cotadas do PSI. Variação em % e cotação em euros

A Mota-Engil foi a cotada do PSI que mais caiu, pressionada pela dívida persistente e receios de menor crescimento económico global, a par de uma aposta na sua queda por parte de um fundo abutre. Do lado contrário, as subidas do grupo EDP travaram maiores perdas do PSI.

VOLVO ENTRE AS PIORES DA EUROPA

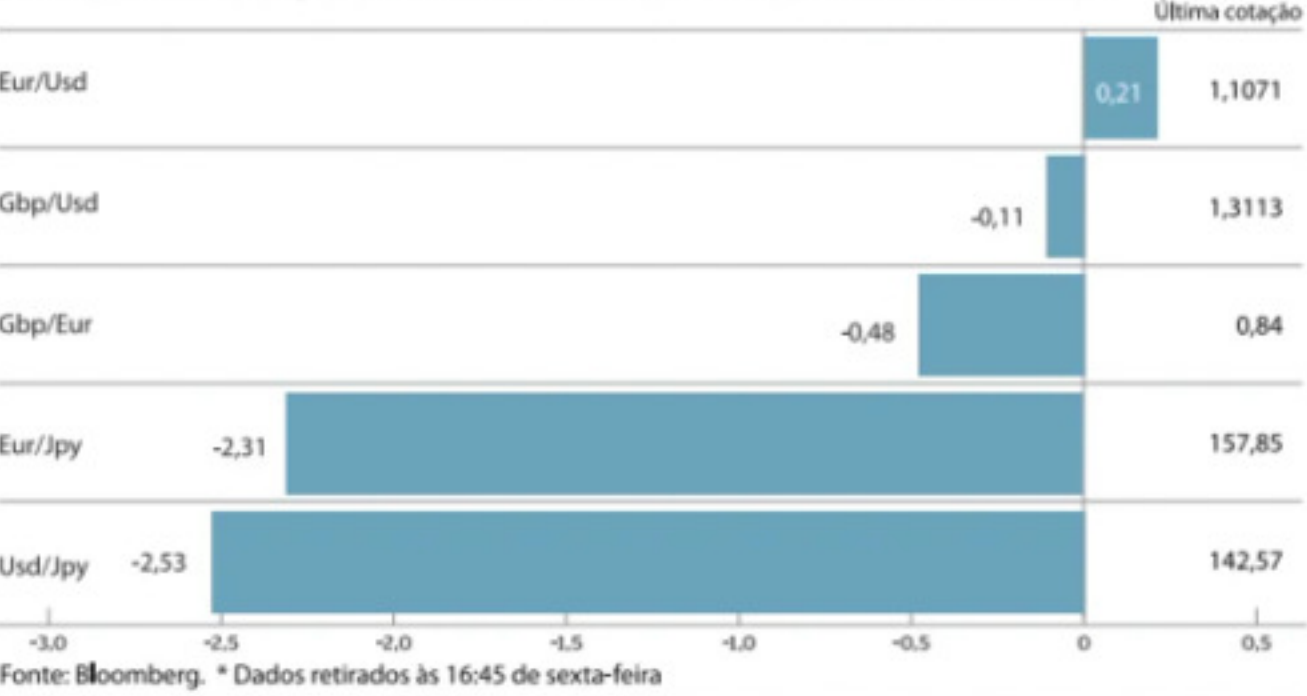
Melhores e piores desempenhos do Stoxx 600. Variação em % e cotação em euros

A fabricante sueca de automóveis Volvo castigou o Stoxx 600, a recuar para o mais baixo nível desde janeiro, ao rever em baixa as suas metas para a margem de médio prazo e receitas, além de abandonar a meta de 2030 para que todos os seus carros sejam elétricos e híbridos.

TECNOLÓGICAS PESAM NO S&P 500

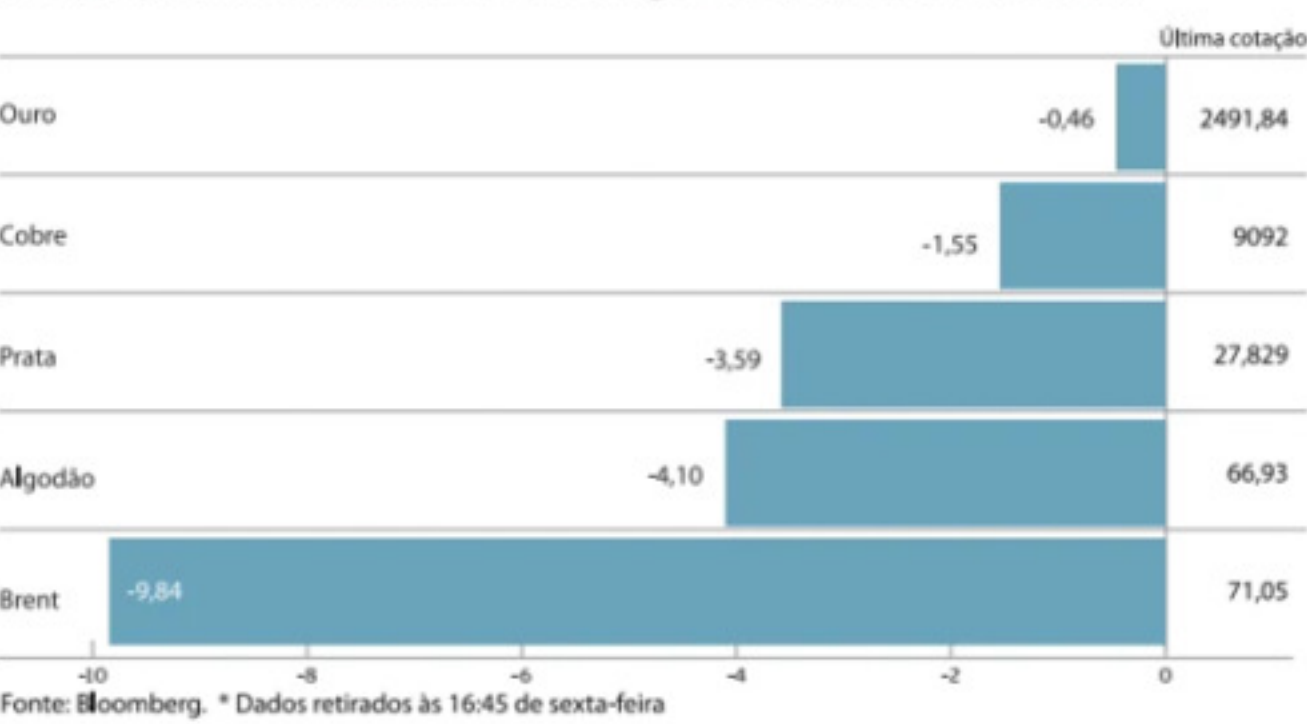
Melhores e piores desempenhos do S&P 500. Variação em % e cotação em dólares

As cotadas das tecnologias têm estado a perder terreno, sobretudo devido ao receio de que estejam muito sobreavaliadas, dadas as fortes subidas de 2023 e deste ano. Na semana, a Intel, Nvidia, KLA e Broadcom estiveram entre os piores desempenhos do S&P 500.

DÓLAR CAI FACE AO EURO E IENE

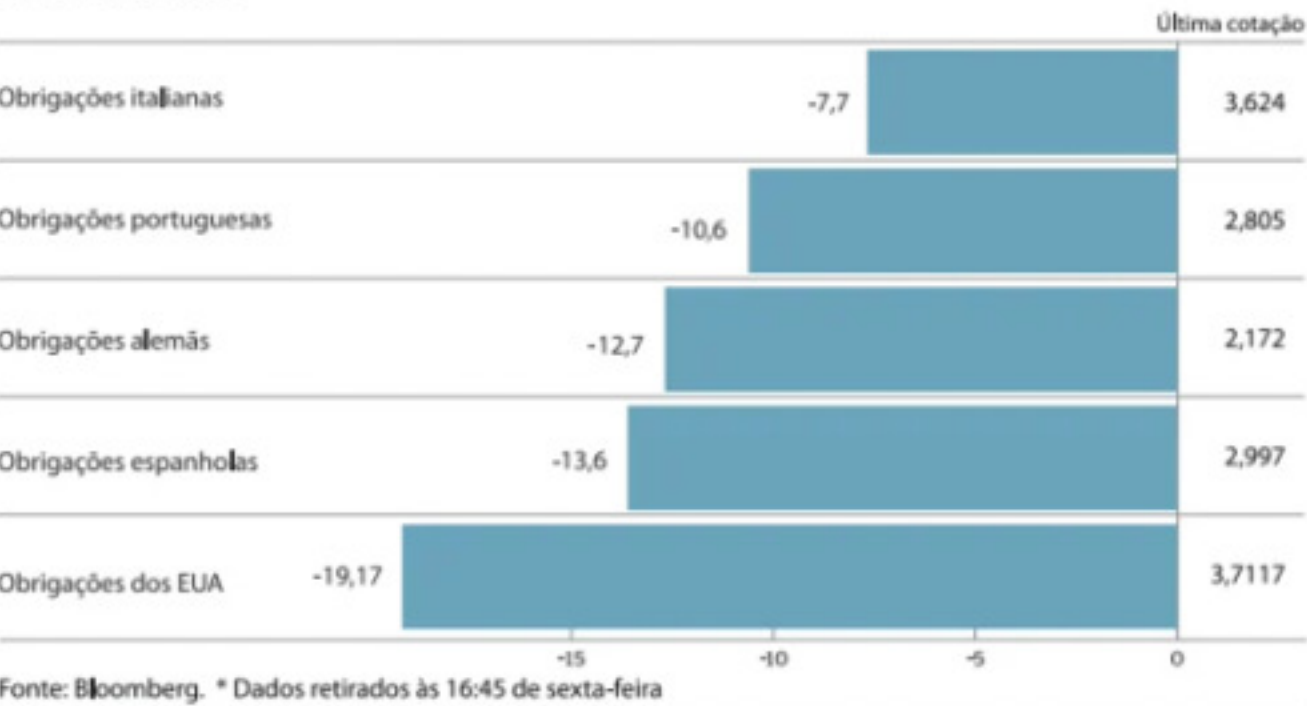
Variação percentual dos principais câmbios da semana

A nota verde cedeu terreno esta semana, numa altura em que cresce a expectativa de um alívio da política monetária nos EUA. Perante os dados do mercado laboral aquém do esperado, aumenta a aposta num corte de 50 pontos-base dos juros diretores da Fed na reunião de 17 e 18 de setembro.

PETRÓLEO AFUNDA QUASE 10%

Variação percentual das matérias-primas. Cotações em dólares

O ouro negro pintou-se de vermelho, com o crude de referência para a Europa – Brent do mar do Norte – a mergulhar 9,84% devido aos receios de menor procura da China (maior importador mundial) num contexto de mais matéria-prima no mercado com o regresso do petróleo da Líbia.

JUROS DA ZONA EURO E DOS EUA ALIVIAM

Variação em pontos base das "yields" das obrigações a 10 anos

As "yields" das dívidas soberanas da Zona Euro e dos Estados Unidos desagravaram-se, muito à conta da maior procura pela segurança das obrigações, numa altura em que os riscos económicos e geopolíticos estão na ordem do dia.

9,84%

BRENT DO MAR DO NORTE

O crude de referência para as importações europeias foi castigado pela perspetiva de maior oferta num contexto de potencial menor procura.

DESTACAR O TALENTO DAS NARRATIVAS DE MARCA

A maior iniciativa de Branded Content em Portugal está de volta!

Prepare-se para uma experiência exclusiva onde as marcas ganham voz e as histórias são transformadas em poderosas formas de conexão e engagment. A **2.ª Edição do Branded Content Talks**, uma iniciativa **BCMA Portugal** (Branded Content Marketing Association) e **Medialivre** vai reunir uma vez mais, especialistas da área e trará insights, inovação e as tendências de mercado. **Inscreva-se já e garanta o seu lugar neste evento imperdível!**

18 de setembro | 14h30

Ferroviário, Lisboa

Rua de Santa Apolónia, 59, 1100-468 Lisboa

14H30 NOTA DE BOAS VINDAS

Luís Ferreira, Diretor Geral Comercial, Medialivre

Patrícia Weiss, Chairwoman, Founder da BCMA Portugal & South America. Criadora e Curadora dos BC Talks, Awards e Podcast

15H00 PAINEL 1:

"Marcas e parcerias no Branded Content e Brand Experience"

Carla Silveira, Marketing Communications Manager, PEUGEOT

Janin Moreira, Brands PR & Media Relations, SUPER BOCK Group

Teresa Abecasis Burnay, Business Unit & Media Director, UNILEVER

Moderação: ***Patrícia Weiss***

16H00 PAINEL 2:

"Quando as Marcas encontram o Entretenimento e o Storytelling"

Ana Roma Torres, Managing & Creative Partner, HAVAS PLAY | HAVAS Group

Francisco Faria, Branded Content Manager, BETCLIC Group

João Belmar, Partner & Executive Producer, TRIX Produção Audiovisual

Jorge Aguiar, Diretor Ibérico de Re-Marketing, Mercedes-Benz

Moderação: ***Patrícia Weiss***

17H00 ENCERRAMENTO E COCKTAIL

INSCREVA-SE EM

www.brandedcontent.pt

Descida de juros promete abrir o apetite por certificados

FÁBIO CARVALHO DA SILVA
fabiosilva@negocios.pt
JOSÉ TINY
Ilustração

O dinheiro depositado pelas famílias bateu novos máximos em julho, mas os especialistas acreditam que à medida que a Euribor descer – à boleia dos cortes das taxas de juro do BCE – os certificados poderão voltar a ser atrativos.

Os certificados voltaram a ser ofuscados pelos depósitos, num período marcado por taxas de juro elevadas na Zona Euro. No entanto, a política monetária levada a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE) está a mudar e os cortes de juros esperados podem trazer de novo o investimento em dívida a curto prazo para a ribalta, antecipam os especialistas ouvidos pelo Negócios.

"Já há algum tempo que, com as perspetivas de que as taxas de juro vão ficar consideravelmente mais baixas, é esperado que os certificados fiquem mais atrativos, porque normalmente os depósitos não pagam Euribor e [este indexante] vai possivelmente ficar abaixo do limite" da remuneração destes produtos de poupança do Estado, refere Filipe Garcia, presidente da IMF – Informação de Mercados Financeiros.

Os juros dos depósitos já estão a descer, antecipando mais cortes de taxas pelo BCE.

Também Luís Mateus, responsável de "fixed income" da Golden Wealth Management, está otimista e salienta que "de facto há uma viragem que poderá conferir alguma atratividade aos certificados, até pela resistência das instituições financeiras em não remunerar os depósitos".

"No início deste ano, havia remunerações em depósitos aplicados em bancos portugueses, que pagavam menos 100 pontos-base do que se investisse em títulos alemães de dívida a curto prazo", não tendo assim havido uma grande subida da remuneração paga pelos depósitos em Portugal, apesar da subida das taxas de referência na Zona Euro, em parte porque as instituições financeiras nacionais "estão bem capitalizadas e sem necessidade de captar recursos", explica.

No entanto, apesar de os juros dos depósitos não terem subido muito durante o ciclo de aumentos pelo BCE, a realidade é que já estão a descer, apesar de até ao momento a autoridade monetária só ter avançado com um corte dos juros diretores em 25 pontos-base em junho. "Os bancos já estão a reduzir as remunerações pagas pelos depósitos", alerta Luís Mateus. Acrescenta que os certificados deverão "voltar a entrar em jogo".

Esta quebra já se começou a sentir do lado de quem comercializa este produto de poupança do Estado. "Os juros dos depósitos da banca estão a abrandar", começou por defender João Nuno Pinote, diretor de gestão de produto B2C dos CTT, durante o programa do Negócios, no canal Now. Isto, porque "se olharmos, a maior parte [dos juros] dos depósitos a prazo – que antes andavam na ordem entre os 3,25% e os 3,75% – já estão em valores abaixo disso", justifica.

Depósitos ainda estão em alta

Desde o início do ano que a taxa de juro média dos novos depósitos a prazo a particulares tem descido, tendo-se situado em 2,63% em julho, uma queda

2,63%
DEPÓSITOS
Em julho, a taxa de juro média dos novos depósitos a prazo caiu de 2,66% para 2,63%.

face aos 2,66% registados no mês anterior. Ainda assim, o montante de novas operações aumentou 2.498 milhões, totalizando 12.559 milhões em julho – o valor mais elevado da série histórica, cujo início data de janeiro de 2003.

No entanto, o dinheiro aplicado pelas famílias pode mesmo acabar por sair dos bancos e ir para os certificados, ainda que esteja dependente do ritmo da descida da Euribor. "À medida que as taxas Euribor vão baixando, naturalmente, os juros dos depósitos a prazo na banca vão caindo, e até aos 2,5% os certificados de aforro tornam-se sempre mais competitivos", salientou o responsável da operadora postal.

Atualmente, as projeções do mercado apontam para que a Euribor a seis meses toque nos 2,84% no final deste ano e 2,2% no término de 2025, e que o indexante a 12 meses acabe 2024 nos 2,74% e nos 2,36% em 2025.

Em julho, já se começou a sentir um maior apetite pelos produtos de poupança do Estado, pelo menos aqueles que são comercializados pelos CTT, que viram o montante subscrito crescer 17% em agosto, depois de também ter subido em julho, segundo avançou João Nuno Pinote. Já numa ótica mais global, os números não são assim tão positivos. As famílias voltaram a tirar dinheiro dos produtos de poupança do Estado em julho. ■

2,84%
EURIBOR
As projeções apontam para que as Euribor a seis e 12 meses fechem o ano em 2,84% e 2,74%.

Voltarão os superdepósitos a sair de cena?

Foram sete anos a cair, até que em 2023 os depósitos estruturados voltaram a ganhar fulgor. Agora, os especialistas contactados pelo Negócios acreditam que existe a possibilidade de o apetite por estes produtos voltar a recuar, ainda que dependa da forma como os bancos vão reagir à descida das taxas de juro diretoras na Zona Euro.

Os depósitos estruturados têm uma remuneração associada, total ou parcialmente, à evolução de instrumentos financeiros ou de variáveis económicas ou financeiras relevantes, como por exemplo o preço de uma ação ou de um cabaz de ações, o valor de índices acionistas ou a cotação de taxas de câmbio. A remuneração só é calculada no final do prazo.

O facto de as taxas de juro poderem baixar a médio prazo "não dão matéria para ter produtos estruturados", defende Luís Mateus, responsável de "fixed income" da Global Wealth Management. "Por isso é que enquanto as taxas de juro estavam a zero [tendo mesmo chegado a terreno negativo], o negócio dos produtos estruturados desapareceu", acrescenta.

Para o especialista, sem juros elevados será difícil aos investidores conseguirem rendibilidade num investimento livre de risco. Logo, o montante disponível para investimentos com maior risco também será mais pequena.

Já o antigo presidente da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, João Moreira Rato, prefere uma visão menos radical e alerta que tudo dependerá da posição assumida pelas instituições financeiras e, acima de tudo, da velocidade do Banco Central Europeu (BCE). "À medida que as taxas de juro descem, há menos espaço para oferecer remunerações nestes produtos, mas ainda estamos longe destes níveis. Tudo depende até onde o BCE desce as taxas que, provavelmente, vão ficar acima do que estavam antes da covid-19", explica.

De acordo com o levantamento realizado pelo Negócios junto do Banco de Portugal, só há atualmente um produto desta natureza em comercialização: é o "Millennium Sectores Zona Euro Abril 2025" do BCP, com um juro garantido de 1,5% e que pode chegar aos 4,25%. ■

1,5%
BCP
Atualmente, só um produto que ainda não venceu. O juro garantido é de 1,5%.

A descida dos juros pode esvaziar a almofada financeira, reduzindo a atratividade de produtos de maior risco, como são alguns estruturados.

7
QUEDA
Os depósitos estruturados cresceram em 2023, após sete anos a cair.

investidor privado

MAIS MERCADO

A jornada de uma empresa no mercado de capitais

O mercado de capitais representa uma via para o financiamento das empresas, qualquer que seja a sua fase de desenvolvimento.

Imaginemos uma startup tecnológica, com elevado potencial de crescimento, dois anos após a sua constituição. Nesta fase inicial, a empresa tem a necessidade de fazer face a despesas de aperfeiçoamento do seu produto ou serviço, produção e distribuição em maior escala e, para isso, precisa de procurar novas fontes de financiamento de médio prazo.

A solução escolhida passa por procurar um parceiro estratégico abordando um organismo de investimento alternativo de capital de risco (OIA de capital de risco) que preveja na sua política o investimento em empresas da área tecnológica. O OIA de capital de risco pode ter interesse em investir na startup por considerar que se trata de uma empresa com potencial de desenvolvimento, esperando beneficiar financeiramente do seu crescimento. Tenderá a apoiar a gestão da empresa e a promover a otimização do seu sucesso, uma vez que o retorno do seu investimento depende dos resultados obtidos. Assim, com esta parceria, a startup adquire também o "know-how" dos membros do órgão de administração e restantes colaboradores da sociedade que gere o OIA de capital de risco.

O OIA de capital de risco financia a startup, assumindo uma participação no capital da empresa, tornando-se seu sócio/acionista e participando nas perdas e nos ganhos.

Três anos depois, a empresa pretende desenvolver um novo produto para o qual é necessário um novo financiamento, sabendo que a aquisição de uma parte do capital da empresa pelo OIA de capital de risco pode ser complementada com financiamento adicional por via, por exemplo, de empréstimos, suprimentos ou prestações acessórias. Porém, contando com o auxílio do OIA de capital de risco na avaliação e seleção da melhor estrutura de financiamento a seguir, decide financiar-se através de obrigações convertíveis a adquirir pelo OIA. Este é um instrumento financeiro híbrido, sendo que a sua aquisição pelo OIA de capital de risco lhe confere o direito de conversão das obrigações em ações, de acordo com termos previamente fixados.

À medida que a empresa inova, desenvolve novos projetos e cresce, nomeadamente através da internacionalização da sua atividade, os seus objetivos de longo prazo começam a ficar desalinhados com os do OIA de capital de risco, devido à natureza da duração (determinada) dos investimentos deste tipo de OIA. Por um lado, o OIA procura beneficiar da valorização da empresa através da obtenção de mais-valias com a venda da sua participação e, por outro, a empresa, devido ao seu crescimento, quer encontrar uma outra solução para as suas necessidades de financiamento atuais e futuras.

É assim que, depois de estudar diferentes opções, a empresa decide avançar para a realização de uma oferta pública de subscrição de ações ("initial public offering" – IPO), conjugada com uma colocação privada de ações junto de investidores institucionais, às quais se seguirá a admissão à negociação em bolsa das suas ações – assim permitindo que os acionistas desinvistam, e que outros investidores se tornem acionistas.

A oferta pública permite à empresa reforçar capitais próprios com a emissão de novas ações e, assim, melhorar rácios financeiros e aceder a novas fontes de financiamento no futuro com montantes associados mais adequados ao seu processo de crescimento. O facto de a oferta ser dirigida a um grupo alargado de destinatários pode levar a um aumento da procura das suas ações e, consequentemente, da sua liquidez no mercado. Já a colocação privada terá como objetivo a venda de participações de atuais acionistas, incluindo do OIA, a investidores institucionais. Estes investidores têm um impacto significativo no sucesso da operação de abertura do capital no âmbito do IPO e podem contribuir para o crescimento sustentável da empresa ao conferir estabilidade, credibilidade, conhecimento e influência à atividade da empresa.

Issei Kato/Reuters

Na fase de preparação do IPO, surge a necessidade de endereçar os receios dos fundadores da sociedade quanto a uma eventual perda de controlo após a entrada em mercado. Nesse sentido, os acionistas decidem alterar os estatutos, de modo a atribuir às ações detidas pelos fundadores um direito especial ao "voto plural": a cada uma das suas ações cotadas passam a corresponder até cinco votos.

Após a concretização destas etapas, as ações da empresa são admitidas à negociação, passando a ser transacionadas em bolsa por atuais e futuros investidores. O IPO, associado ao sucesso do seu negócio, contribui para o aumento da notoriedade e credibilidade da empresa, aspetos relevantes para o alcance dos seus objetivos estratégicos.

Dois anos após o IPO, a empresa continua a crescer e a inovar. Preocupações com a diluição das participações dos seus acionistas, a continuada otimização da estrutura de capital da empresa e a necessidade de minimizar custos de financiamento e de manter a sua robustez financeira, levam-na a optar pela emissão de obrigações ordinárias a cinco anos, que conferem aos seus titulares o direito ao reembolso do valor da obrigação e a receber juros periódicos. A empresa lança uma oferta pública de subscrição de obrigações e admite-as em bolsa, um processo tornado mais simples pela experiência e conhecimento adquiridos durante o IPO.

Este exemplo ilustrativo demonstra que a jornada de uma empresa no mercado de capitais é dinâmica e desafiante, mas essencial para o seu crescimento e sustentabilidade. No mercado de capitais, além do financiamento/capitalização, a empresa obtém outras vantagens como maior reconhecimento, credibilidade e prestígio, bem como maior capacidade de atrair e reter talento, ao mesmo tempo que aumentam as suas oportunidades de desenvolvimento futuro e de melhoria da sua capacidade para criar maior riqueza para os seus investidores, trabalhadores e, consequentemente, para a sociedade. ■

*Com a colaboração de Diana Nogueira, Técnica do Departamento de Supervisão Prudencial e Autorizações, e Erika Chambal, Técnica do Departamento de Emitentes

Este artigo é da responsabilidade da CMVM

investidor privado

BULL & BEAR

HUGO FREITAS
Responsável de produtos de investimento do Abanca Portugal

BULL

"O SEGURO MORREU DE VELHO"

Após um trabalho de coordenação realizado ao longo dos últimos 2,5 anos, a União Europeia (UE) tem seguido uma política energética de prudência. Após os fortes aumentos do custo da energia aquando do início da incursão russa na Ucrânia, a UE está a preparar-se para mais um inverno rigoroso e as diretrizes foram: reservas de gás natural em pelo menos 90% até 1 de novembro! No final de agosto estas reservas eram já de 90,02%, ou seja, mais de dois meses antes da data-limite definida. Esta realidade permitirá à UE cobrir até um terço da procura de gás da UE durante o período do inverno, visando, idealmente, não só a não concorrência de disrupções no fornecimento, como, principalmente, manter os custos energéticos e, essencialmente a inflação, controlados.

BEAR

MERCADO DE TRABALHO NOS EUA, ARREFECE...

As vagas de emprego nos EUA em julho atingiram a leitura mais baixa em três anos e meio. 7,673 milhões face a 8,1 milhões esperados, 427 mil vagas a menos. Houve ainda um aumento de 13% no número de despedimentos. É um claro sinal de que este mercado está a arrefecer. Jerome Powell, presidente da Reserva Federal dos EUA, já fez saber que está presentemente mais preocupado com o mercado de trabalho do que com a inflação. O mercado desconta um corte de taxas de 0,25% na reunião de setembro. Os dados do emprego relativos a agosto serão determinantes. Atualmente, a probabilidade de o corte ser superior a esse é de apenas 30%. A expectativa atual aponta, portanto, para que a taxa diretora passe o atual intervalo 5,25% - 5,50% para 5,00% - 5,25%.

DESTAQUE

Mongólia: sendo país-membro, ignora o Tribunal Penal Internacional... 90% da gasolina importada vem da Rússia.

ANTEVISÃO DA SEMANA

Inflação dos EUA, juros do BCE e as novidades da Apple

A evolução dos preços nos Estados Unidos e as expectativas para a Zona Euro vão marcar a semana, sendo esperado um corte de juros na moeda única. Há ainda produtos da Apple e contas da Glintt.

09 Segunda

TECNOLOGIA
APPLE APRESENTA NOVIDADES

Tim Cook é o CEO da Apple desde 2011.

A Apple vai realizar esta segunda-feira o habitual evento de apresentação de produtos, que deverá incluir atualizações dos iPhones e smartwaches da empresa. O evento anual, que se realiza na sede da empresa em Cupertino, na Califórnia, é seguido atentamente pelos analistas, investidores e clientes da empresa, antes da habitual época alta de compras do Natal.

BOLSA
EURONEXT DEDICA-SE À SUSTENTABILIDADE

A Euronext Sustainability Week decorre ao longo desta semana com o objetivo de fomentar discussões sobre finanças sustentáveis e aumentar a consciencialização pública sobre o tema. Lançada em 2017 em Itália, a iniciativa expandiu-se no ano passado para incluir todas as localizações da Euronext na Europa.

10 Terça

PRESIDENCIAIS
PRIMEIRO DEBATE ENTRE HARRIS E TRUMP

É um dos momentos mais aguardados desde que Joe Biden abandonou a corrida à Casa Branca. A candidata democrata Kamala Harris e o republicano Donald Trump vão estar frente a frente no primeiro debate esta terça-feira, a menos de dois meses das eleições presidenciais nos EUA.

11 Quarta

EUA
INFLAÇÃO DÁ PISTAS SOBRE CURSO DA FED

A taxa de inflação anual nos EUA caiu, em julho, pelo quarto mês consecutivo, para 2,9%, o nível mais baixo desde março de 2021. Esta quarta-feira são conhecidos dados de agosto, sendo esperada uma nova diminuição, para 2,6%, o que poderá dar força à convicção do mercado de um corte de juros da Reserva Federal (Fed) norte-americana já no dia 18 de setembro.

12 Quinta

ZONA EURO
BCE AVANÇA COM CORTE DE TAXAS DE JURO

Christine Lagarde lidera o BCE.

Depois de o Banco Central Europeu (BCE) ter reduzido as taxas de juro de referência em 25 pontos-base, decidiu fazer uma pausa. Agora, a expectativa do mercado é que reafirme a confiança sobre o curso da inflação para próximo da meta de 2% e anuncie uma nova redução das taxas de juro, sendo esperados 25 pontos-base. A par da decisão de política monetária, investidores e analistas vão também olhar para as novas projeções económicas para tentar perceber se há argumentos a favor ou contra cortes mais rápidos das taxas até ao final do ano.

BOLSA
GLINTT APRESENTA CONTAS SEMESTRAIS

A tecnológica Glintt registou 4,03 milhões de euros de lucro em 2023, um crescimento de 25,3% face ao ano anterior. A melhoria na margem operacional foi um dos fatores que mais contribuiu para o desempenho do resultado líquido contabilizado no ano passado. Esta quinta-feira são conhecidas as contas do primeiro semestre deste ano.

13 Sexta

CONJUNTURA
ENFRAQUECIMENTO DA INDÚSTRIA EUROPEIA

Os números divulgados esta sexta-feira pelo Eurostat deverão mostrar que a produção industrial se mantém sob pressão na Zona Euro. A contração em junho deveu-se em grande parte a uma queda acentuada dos números voláteis da Irlanda. O mês de julho deverá ser afetado pelos dados alemães, mais fracos do que o previsto, em que a produção da indústria, incluindo a energia e a construção, terá caído 2,4% no mês, de acordo com estimativas da Bloomberg.

Na Bel, rentabilidade e sustentabilidade caminham juntas

Com o mote "Para todos, pelo bem", a Bel, empresa líder na produção e comercialização de queijo em Portugal, tem objetivos exigentes.

Tayeb Mouhcine, general manager South Europe na Bel

A Bel Portugal tem vindo a afirmar a ambição de ser a empresa mais sustentável na área da produção e comercialização de laticínios e seus derivados. Líder no mercado do queijo, com marcas como Limiano, Terra Nostra, Babybel e A Vaca Que Ri, a empresa tem duas fábricas e mais de 600 colaboradores em Portugal. Neste contexto, e segundo Tayeb Mouhcine, general manager South Europe na Bel, a sustentabilidade ambiental e social da sua atividade e da sua cadeia de valor são questões-chave para que a empresa cumpra o seu mote: "Para todos, pelo bem."

Como é que a Bel vê o desafio da sustentabilidade?

A sustentabilidade é um desafio crítico para as empresas e para o futuro dos negócios e é uma questão-chave para a sociedade. É uma questão que vamos ter de gerir e resolver. No nosso caso, é um desafio para toda a cadeia de valor, e que implica uma grande transformação em todos os aspetos do negócio. Uma transformação que vai mudar a forma como trabalhamos, como inovamos e como interagimos com os consumidores e com todos os nossos stakeholders. Neste contexto, o nosso objetivo final deve ser garantir que os consumidores e os nossos clientes irão ter e escolher produtos sustentáveis.

Nesse contexto, de que forma a empresa manifesta o seu compromisso com uma maior sustentabilidade?

A Bel é uma empresa com 150 anos e que comemora este ano o seu 20.º aniversário em Portugal. O nosso compromisso com a sustentabilidade é parte da nossa missão de fornecer alimentação responsável e saudável para todos. Essa missão está expressa no nosso lema que é: "Para todos, pelo bem." Portanto, o nosso compromisso com a sustentabilidade está na nossa missão e no nosso lema, e é algo que é imperativo para nós como negócio.

Esse compromisso reflete-se no nosso modelo de negócio, em que a rentabilidade e a sustentabilidade caminham juntas. Temos de ser rentáveis para ser sustentáveis e teremos de ser sustentáveis para ser rentáveis. Em consequência, por exemplo, na Bel, o diretor financeiro é também o "gestor de impacto". Ou seja, é alguém que tem de gerir estes dois pilares e assegurar que, em cada decisão, nós consideramos ambos os fatores, financiando o negócio, mas com um foco correto na sustentabilidade.

Neste contexto, outro elemento muito importante é o nosso compromisso com o Acordo de Paris e em contribuir para a neutralidade carbónica até 2050. Finalmente, mas não menos importante, é o facto de nos assumirmos como uma empresa inclusiva, que procura envolver todos os seus stakeholders nesta missão, desafiando-os a acompanhar-nos nesta jornada de transformação.

Qual é a vossa estratégia nesta jornada para a sustentabilidade?

Na Bel, nós temos uma estratégia formalizada para a sustentabilidade, que é monitorizada por mecanismos de governação nos vários níveis da empresa, que inclui um conjunto de indicadores para cumprir e que garantem que a sustentabilidade faz realmente parte do dia a dia da empresa.

Esta estratégia tem cinco pilares de ação. O primeiro é o foco na nutrição. Nós estamos no setor da alimentação e temos de estar comprometidos com a promoção de um estilo de vida e de uma alimentação saudáveis. O segundo elemento é a embalagem responsável. Esta é uma questão fundamental para a Bel. Temos o compromisso de ter todas as nossas embalagens recicláveis até 2025 e biodegradáveis até 2030. Uma terceira vertente é a redução das emissões e a neutralidade carbónica. Nesta área, assumimos o compromisso de ter todas as fábricas carbono zero até 2025, o que nos está a exigir muito investimento e muita atenção.

Um quarto pilar, que é de extrema importância, tem que ver com o facto de 70% das emissões do negócio virem do setor agrícola. Para enfrentar esta questão, temos um conjunto grande de iniciativas, nomeadamente na promoção da agricultura regenerativa, uma área em que temos em curso vários projetos-piloto. Uma outra questão muito importante é a melhoria do bem-estar animal. Neste sentido, promovemos um produto como o Leite de Pastagem e trabalhamos com os produtores no sentido de estabelecer boas-práticas e garantir o bem-estar animal, nomeadamente com o nosso "Programa Leite de Vacas Felizes", que já tem dez anos de existência.

Finalmente, e procurando materializar o nosso lema "Para todos, pelo bem", estamos a trabalhar na disponibilização dos nossos produtos em mais pontos. Neste contexto, o nosso modelo de negócio passa muito pelas quantidades de cada produto, aquilo a que chamamos "porções de goodness", com o objetivo de disponibilizar mais produtos em mais locais.

> **Na Bel, o diretor financeiro é também o 'gestor de impacto'. Ou seja, é alguém que tem de gerir estes dois pilares e assegurar que, em cada decisão, nós consideramos ambos os fatores.**
>
> **TAYEB MOUHCINE**
> general manager South Europe na Bel

Que projetos estão a desenvolver neste momento em termos de sustentabilidade?

Nós estamos há já muitos anos numa trajetória de crescimento da sustentabilidade. Este ano está a ser importante e temos muitos projetos em curso, quer no grupo, quer em Portugal. Neste contexto, destacaria a aposta na inovação para a sustentabilidade. Essa aposta é clara nos nossos projetos para aumentar a reciclabilidade das embalagens e para fomentar a agricultura regenerativa. Neste último caso, temos em curso cinco projetos-piloto no continente e outros cinco nos Açores, com planos de ação concretos para desenvolver boas-práticas com os agricultores. Boas-práticas essas que queremos, mais tarde, vir a estender a mais produtores. Uma outra vertente de ação é chegar à neutralidade carbónica nas nossas fábricas. Até ao fim do ano, teremos já uma das nossas fábricas a usar biomassa como combustível. É um projeto de dois milhões de euros de investimento que irá reduzir em 80% as emissões dessa fábrica.

De uma forma mais geral, temos muitos projetos em curso com os nossos fornecedores e com os nossos clientes, no sentido de aumentar a consciência e fazer avançar a sustentabilidade. Na nossa cadeia de valor temos diversos projetos, de que destacaria um com o nosso fornecedor de paletes, para atingir a neutralidade carbónica. Finalmente, e não por último, gostava de aplaudir o esforço da nossa equipa interna de "Actores pelo Bem", uma equipa multi-departamental que contribui ativamente para sensibilizar, interna e externamente, a jornada de transformação para a sustentabilidade, e na vertente Pessoas e Planeta.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Está tudo bem. Não mudem nada!

Quando Marta Temido chegou ao Ministério da Saúde, deu uma conferência de imprensa onde se preocupou mais em explicar que ia fazer uma "política de esquerda" (expressão que repetiu várias vezes) do que em falar concretamente no que ia fazer na política de Saúde.

Meses depois percebeu-se onde queria a ministra chegar: dar o exclusivo da gestão do SNS ao Estado, criando as condições para acabar com as PPP (que serviam de termo de comparação para os hospitais com gestão unicamente pública).

O atual Governo propôs para os centros de saúde um modelo que prevê a entrega da gestão de 20 daquelas unidades ao setor privado. No sábado dei com um debate na SIC Notícias entre um representante do setor social, a Associação da Medicina Geral e Familiar e a Associação das USF.

A conversa foi confrangedora. André Biscaia e António Luz Pereira passaram o tempo a fazer o lóbi do SNS. Ficámos a saber coisas "fantásticas". Que Portugal gere melhor do que a Alemanha, que o Reino Unido vai retroceder na privatização de centros de Saúde (mistura-se propositadamente alhos e bugalhos perante espetadores que nada percebem do assunto...) e, sobretudo, que os centros de saúde privados vão tirar dinheiro ao SNS(ou seja, está tudo bem com o SNS...).

Este último ponto é confrangedor: os centros de Saúde continuam a ser públicos e os privados não só não podem ir buscar médicos ao SNS como não podem gastar mais do que gastam os centros geridos pelo Estado. Ou seja, argumentação rasteira e deplorável.

O leitor ainda não percebeu o que está em causa? É fácil: os lóbis do SNS não querem privados na gestão de centros de saúde porque não querem comparações com o miserável trabalho feito nos centros públicos. E não querem esta solução porque sabem que dentro de pouco tempo lhes vai acontecer o que sucedeu entre os hospitais geridos em PPP e hospitais com gestão pública: não só eram mais bem geridos como se percebeu que gastavam menos do que os públicos. ■

AINDA HÁ ESPERANÇA

ANTÓNIO MOITA
Jurista

Regresso ao normal

Terminaram as férias para a grande maioria dos portugueses. Para os que viajaram, ou para os que ainda não, foi desta que conseguiram ir muito longe. Para os que tiveram oportunidade de rever familiares ou para os que se isolaram num qualquer lugar. Para os que acompanharam as notícias do país e do mundo ou para os que não quiseram saber de coisa nenhuma. Em qualquer caso, chegando setembro as coisas mudam. O clima, a noite a chegar mais cedo, o trânsito, as escolas a reabrir, as empresas a tentar recuperar o ritmo, o futebol a voltar a ser o tema central das conversas de muitos, as notícias que nos voltam a contar as desgraças que atrapalham o mundo. É bom voltar ao normal. Pena que o normal seja apenas isto.

Em agosto fomos bombardeados com o encerramento das urgências dos hospitais e, durante largos dias, com o terrível incêndio na Madeira. Também a venda de João Neves ou a possível saída de Gyokeres ocuparam longo espaço noticioso entre tantos outros negócios com que o futebol nos vai surpreendendo a cada ano que passa. Na política andaram quase todos a tentar passar despercebidos. Até o Presidente falou pouco para os padrões habituais. Montenegro só apareceu nas praias do Brasil, tendo sido substituído interinamente por Paulo Rangel. Felizmente assim aconteceu, pois, com ele ficámos a saber que na noite em que a terra tremeu todo o sistema de Proteção Civil e de comunicação entre instituições funcionou perfeitamente. Apesar de não ter sido posto à prova podemos confiar nele. Valha-nos essa crença. Da oposição pouco se falou com a pequena exceção da boda de líder bloquista Mariana Mortágua. Ventura apareceu apenas para mostrar alguma vitalidade lançando a discussão sobre o referendo à imigração dele fazendo depender a viabilização do orçamento de Estado que ainda não foi apresentado. Provavelmente estará a escapar-me alguma coisa sem grande relevância. Sim, de facto. Marques Mendes quis anunciar que ainda não decidiu se será ou não candidato presidencial não vá o PSD esquecer-se dele.

> Na política andaram quase todos a tentar passar despercebidos. Até o presidente falou pouco para os padrões habituais.

Tudo isto é normal. Mas, repito, pena que o normal seja apenas isto. Nas próximas semanas ocorrerão acontecimentos de extrema importância para o mundo. A continuação da situação de confronto na Palestina, a incerteza sobre o que verdadeiramente está a ocorrer na guerra da Ucrânia, as eleições americanas de desfecho e consequências imprevisíveis, a instabilidade política na Alemanha e em França, as questões sociais no Reino Unido, a turbulência na Venezuela e em alguns países daquela zona geográfica, o insuficiente crescimento económico da China entre tantas outras questões regionais ou mundiais, irão condicionar inevitavelmente a vida de todos nós por mais indireta que seja a nossa relação com cada um destes problemas. Seria, pois, natural que o nosso foco estivesse na estratégia de desenvolvimento de Portugal e nas medidas de mitigação das consequências negativas que poderão chegar.

> A margem orçamental permite e quem governa quer vender um futuro de esperança e crescimento.

Bem ao contrário, temos o Governo a tentar cumprir o que prometeu aos eleitores carregando na despesa em salários e pensões e atacando a receita com propostas de redução de impostos como o IRC ou o IRS. A margem orçamental permite e quem governa quer vender um futuro de esperança e crescimento. A oposição não quer ficar para trás e entre ameaças de inviabilizar o orçamento e com isso poder provocar novas eleições e agitar medidas ainda mais populares que o Governo não conseguirá cumprir, vão decorrendo as discussões preparatórias do regresso dos trabalhos parlamentares. Durante os próximos tempos vamos assistir a níveis de agressividade elevados entre partidos e o ruído não permitirá sequer entender o que cada um pretende. Tudo isto tem sido infelizmente normal. Mas era bom, atendendo a tudo o que estamos a viver, que por uma vez pudéssemos perceber que situações excecionais merecem soluções diferentes das habituais. Precisamos de um "novo normal". ■

Coluna semanal à segunda-feira

STUDENTS CORNER

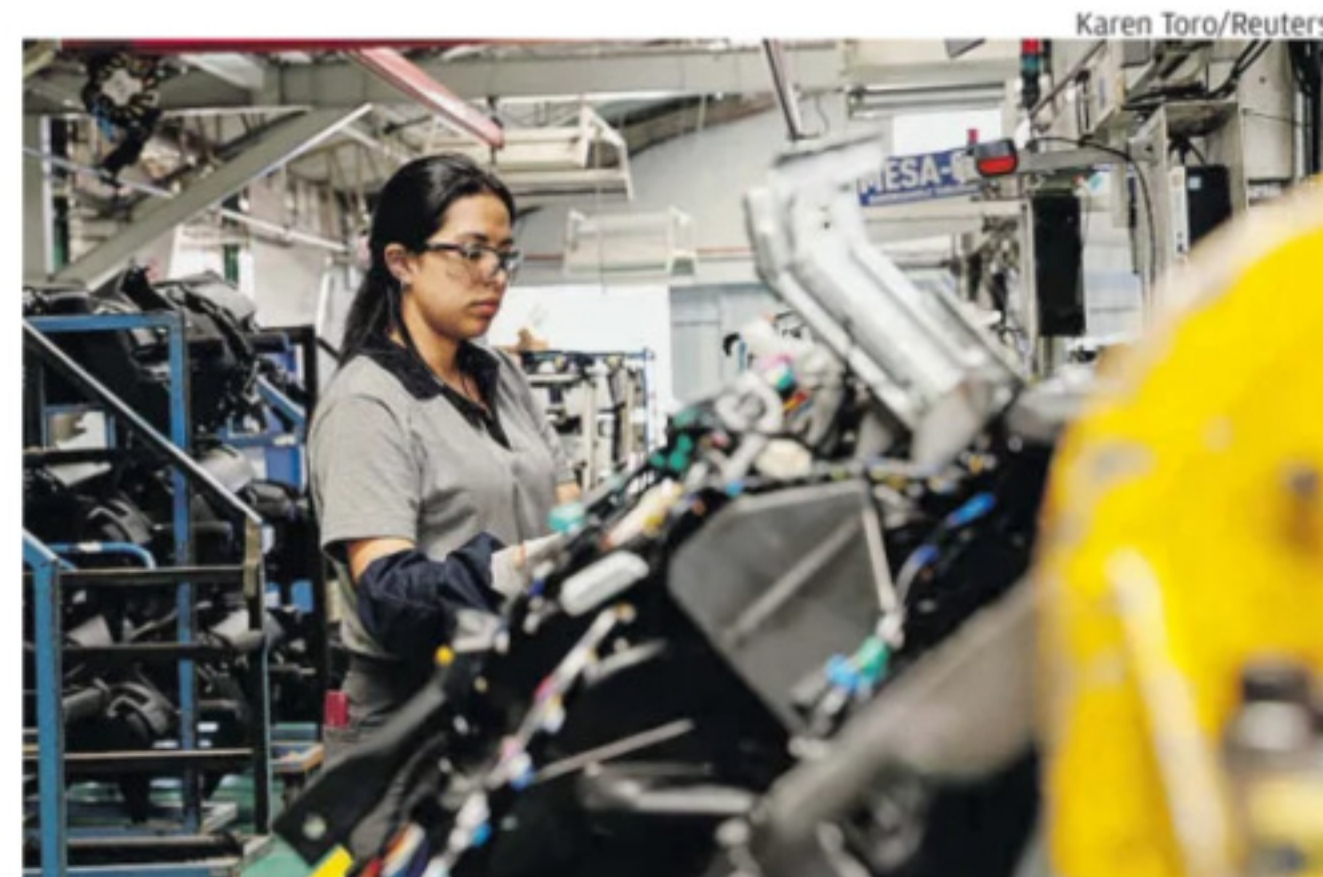
MARIA FERRAZ
Diretora do Dep. Estudos e Consultoria Científica da FEP Economics Society

Não é da minha competência!

Como aluna, cresci a ouvir que a divisão do trabalho, teorizada por Adam Smith no século XVIII, era fundamental para o desenvolvimento da economia. A divisão do trabalho consiste na divisão de tarefas, permitindo uma maior especialização em cada tarefa. Ao ser realizado por vários especialistas, o processo de produção é mais eficiente do que se fosse realizado por um único indivíduo do início ao fim. Na lógica, a divisão do trabalho, quando aplicada dentro do razoável, produz efeitos positivos na produtividade. Exemplo e prova disso são a Fábrica de Alfinetes de Smith e o Fordismo.

No entanto, há quem defenda que a divisão do trabalho pode tornar-se excessiva. Henry Hazlitt é um desses casos, como comprova o seu célebre livro "Economia numa Lição" publicado em 1946. No mesmo, Hazlitt exemplifica o seu ponto ao referir uma declaração preparada pelo Caminho de Ferro da América para a Comissão sobre Procedimentos Administrativos da Procuradoria-Geral. Esta defendia que se um trabalhador realizasse uma tarefa fora da sua especialização receberia um dia de salário extra e o especializado (de licença ou desempregado), que não foi chamado a realizar a dita tarefa, também receberia um dia de salário por direito. A ineficiência gerada pelo aumento de custos e a logística associada são óbvias e, no mínimo, levam à perda de competitividade da empresa e, no limite, ao prejuízo para o empregador.

Como a divisão do trabalho à partida aumenta o emprego, os sindicatos incentivaram-na. Uma das suas vitórias foi a imposição da descrição das tarefas do empregado no seu contrato como medida de proteção. Embora o incentivo à proteção dos trabalhadores seja benéfico, tomando como exemplo Portugal, país com baixa produtividade (cerca de 29% abaixo da média europeia), este inibe a existência de trabalhadores multifacetados que poderiam ser parte da solução. Siga-se o caso do jardineiro, ocasionalmente canalizador, do Jardim Botânico Tropical de Belém, que teve direito ao devido destaque, numa peça jornalística, como o "faz-tudo" fundamental para a subsistência do jardim.

Reflitamos sobre outro exemplo ilustrativo: uma fábrica em que um trabalhador falta ao trabalho um dia, excecionalmente e por um motivo justificável. Sendo o trabalhador responsável pelo embalamento dos produtos, não poderá um dos trabalhadores responsáveis pela entrega ficar responsável pelo embalamento? Se vários trabalhadores efetuam entregas, mas apenas um embala, não poderão os recursos ser reajustados temporariamente? Sem embalamento a produção pára, mas se alguém substituir o trabalhador, a fábrica continuará a produzir, ainda que a uma menor produtividade. O trabalhador ao assumir a tarefa que não era a sua, dir-se-á que "veste a camisola", mas na verdade prova a sua essencialidade para a empresa, como um recurso polivalente, diminuindo a sua probabilidade de desemprego.

A polivalência de um trabalhador deve ser reconhecida e procurada pelas empresas, dado que exige ao próprio mais consciência acerca do funcionamento da empresa e da exigência das restantes funções além da sua, ainda que não as desempenhe por regra. Um líder que conhece bem as funções de cada membro da equipa e que, no limite, as saiba executar, é mais eficaz. Colegas de equipa multifacetados permitem uma maior entreajuda, que resulta numa maior produtividade. Associando a motivação a esta equação, trabalhadores mais motivados têm maior disponibilidade para ir além das suas funções, além de as desempenhar com mais qualidade. A motivação é, em grande parte, da responsabilidade da empresa.

Fazendo uso de estrangeirismos, o "work-life balance" deve ser sempre respeitado, o limite não poderá ser o "burnout". Não obstante, dar menor uso ao "não é da minha competência!" e, ao invés disso, estar disposto a aprender novas especializações, potencia a competitividade, não só da empresa, mas também do trabalhador. ■

Karen Toro/Reuters

> Colegas de equipa multifacetados permitem uma maior entreajuda, que resulta numa maior produtividade.

Coluna mensal à segunda-feira

NOTAS DA SEMANA

LUÍS MARQUES MENDES
Advogado

A análise de Luís Marques Mendes ao que marcou a última semana da vida nacional e internacional. Os principais excertos da sua intervenção na SIC, nos temas escolhidos pelo Negócios.

Pode ser um dos Conselhos de Estado mais importantes de Marcelo

O ESTADO DA SAÚDE

1. A Ministra da Saúde fez algo de louvável: um balanço de 100 dias do Programa de Emergência, com o reconhecimento de que muitas coisas não correram bem. Este gesto de humildade só fica bem a qualquer ministro. Não é normal, mas é louvável.

2. O balanço é, de facto, frágil: das 15 medidas urgentes previstas, só oito estão cumpridas; o resultado mais positivo é o fim das listas de espera oncológicas; o resultado é mediano nas demais listas de espera cirúrgicas e de consultas; e o resultado mais negativo é nas urgências obstétricas: demasiados encerramentos e partos excessivos em ambulâncias. Algo de absolutamente anormal.

3. Tudo isto sucedeu porque, apesar da competência e boa vontade da ministra, houve alguns erros cometidos:

- Primeiro, expectativas exageradas que foram criadas em torno deste Programa. Ora, expectativas altas só conduzem normalmente a falhanços. Faltou pedagogia a explicar ao país que não se resolvem em meses problemas acumulados em anos. Foi uma certa ingenuidade política.
- Segundo, tem faltado à Ministra um escudo protetor, como no passado era Fernando Araújo. O novo diretor da Comissão Executiva até pode ser competente. Mas não tem o estatuto do seu antecessor.

4. O inverno é agora o teste decisivo. Se a resposta da Saúde no inverno correr bem, a má imagem deste verão apaga-se. Se o inverno correr mal, a fragilidade política da ministra reforça-se. ■

MÉDICOS A MAIS OU A MENOS?

1. Falar em saúde é também falar de médicos. Há algumas semanas, a Ordem dos Médicos disse que Portugal é o segundo país que mais médicos tem por habitantes na UE. Este argumento é distorcido.

- É verdade que, segundo os últimos dados da OCDE, em 2021, Portugal está em segundo lugar, logo a seguir à Grécia, no número de médicos por mil habitantes.
- Só que a OCDE alerta, no mesmo relatório, que os números de Portugal estão empolados em 30%. Tudo porque, nos médicos inscritos na OM incluem-se também os que já estão reformados ou que emigraram.
- Assim, com a correção dos referidos 30%, Portugal já não estaria em 2.º lugar no ranking europeu, mas sim em 16.º lugar.

2. Em qualquer caso, se formar mais médicos pode ser importante, isso não deve desviar-nos da tarefa mais urgente: cuidar da gestão, organização e atratividade do SNS.

- Podemos ter mais médicos, mas se o SNS não for atrativo eles fogem para o setor privado ou para o estrangeiro.
- Daí a importância que pode ter a decisão de criar 20 USF modelo C. Uma espécie de PPP nos centros de saúde. Pode ser a oportunidade de se evitar que mais médicos saiam para o privado e de tentar que médicos do privado possam regressar. Esperemos para ver os resultados. Uma coisa é certa: é uma medida com espírito reformador. Nos dias que correm é raro. ■

A POLÉMICA DA TAP

1. Nada do que veio a público é novo. Foi tratado como novo por alguns comentadores, é verdade. Mas o que é realmente novo é a auditoria da IGF. Até a questão do MP não tem novidade. Há muito tempo que o MP analisa o caso. Mas mesmo repetida, a questão é delicada.

2. Quanto à questão de fundo, há três aspetos a ter em conta:

- Primeiro, a privatização da TAP em 2015 enferma de um vício grave: foi encerrada por um governo de gestão, já depois das eleições e quando já havia na calha outro governo. Um erro. A venda ou era fechada antes das eleições ou devia ter ficado para o novo governo. Com este erro ficou tudo envenenado.
- Segundo, a operação em causa é complexa e parece ser de duvidosa legalidade. As opiniões dividem-se. A IGF diz que pode ser ilegal; em 2015 um parecer jurídico avalizou a sua legalidade; em 2022, novo parecer voltou à ideia de ilegalidade. Há que aguardar pela decisão da justiça. Mas atenção: se houver um antigo governante constituído arguido, podemos ter um berbicacho político.
- Terceiro, o ministro Miguel Pinto Luz. É o alvo mais fácil porque é ministro. Mas com base nos factos é aquele que praticamente não tem responsabilidade. Primeiro, só esteve no governo 26 dias; segundo, quando entrou no governo, a privatização já estava decidida desde junho; terceiro, não esteve no Conselho de Ministros de novembro que aprovou a resolução final da venda; quarto, não tem qualquer assinatura nos documentos contratuais; quinto, era secretário de Estado, mas não tinha sequer delegação de competências do seu ministro. ■

NOVO ANO LETIVO

1. O primeiro-ministro baixou as expectativas relativamente à abertura do ano letivo. Fez bem. O ano letivo vai abrir com menos problemas que o anterior, mas ainda assim com muitas lacunas.

- Em setembro de 2023, o ano letivo abriu com 324 mil alunos sem aulas a, pelo menos, uma disciplina. Este ano letivo o número reduz-se para 223 mil alunos. Uma redução de 31%. É uma melhoria. Mas uma melhoria ainda muito curta.
- A previsão oficial para o fim do 1.º período já é mais esperançosa: no fim do primeiro período do ano letivo anterior, ainda havia 20 mil alunos sem aulas a, pelo menos, uma disciplina; a previsão para este ano letivo é de uma redução de 90% (ou seja, uma redução para 2.088 alunos).
- Tudo isto resulta de anos de negligência que não anteciparam a falta de professores, designadamente pelo envelhecimento da classe. A boa notícia é que há várias medidas em curso para combater a situação. Uma delas será aprovada no próximo Conselho de Ministros: um incentivo salarial aos professores que aceitem lecionar nas áreas mais carenciadas (Lisboa, Setúbal e Algarve). ■

O CONSELHO DE ESTADO

1. O Presidente da República agendou um Conselho de Estado para 1 de outubro. A agenda parece inócua: o estado da economia. Mas o objetivo é claro: fazer pontes entre Governo e PS com vista à viabilização do OE. Este pode ser um dos Conselhos de Estado mais importantes do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa. Já houve para resolver crises. Mas este pode ajudar a evitar uma crise. Faz pressão a favor da estabilidade.

2. O que este agendamento prova é o seguinte:

- Primeiro, que o PR está muito atento à situação e não quer facilitar. Quer agir por antecipação para evitar uma nova crise.
- Segundo, que o PR percebe que nada está garantido e um acordo sobre o OE pode ocorrer na 25.ª hora.
- Terceiro, que não pode haver crise. Se houvesse crise teríamos o seguinte calendário eleitoral: eleições legislativas em fevereiro de 2025; autárquicas em setembro de 2025; presidenciais em janeiro de 2026. Três eleições em onze meses. Uma loucura total.

3. Posto isto, há três coisas absolutamente necessárias:

- É preciso reduzir o ruído político em torno do OE. Há ruído a mais. Este ruído prejudica as negociações.
- É precisa mais humildade no debate. Do Governo, porque é minoritário. Do PS, porque em causa está o interesse nacional.
- É preciso da atenção ao conteúdo do OE. Precisamos de ter Orçamento. Mas precisamos de OE com espírito reformista. ■

> No próximo Conselho de Ministros vai ser aprovado um incentivo salarial aos professores que aceitem lecionar nas áreas mais carenciadas (Lisboa, Setúbal e Algarve).

negocios

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão. • Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%). • Diretora: Diana Ramos Diretor adjunto: Celso Filipe • Sede: Redação, Administração e Publicidade Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa • Redação: tel. 210 494 000 e-mail info@negocios.pt Publicidade: tel. 210 494 076 e-mail publicidade@medialivre.pt • Assinaturas: tel. 210 494 999 (das 9h às 18h) ou através do e-mail assine@medialivre.pt • Delegação Porto Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto tel. 225 322 342 • e-mail negocios-porto@negocios.pt • Internet www.negocios.pt • Propriedade/Editora: Medialivre, S.A. • Sede Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa Capital Social 22 523 420,40€ • Contribuinte 502 801 034 • C.R.C de Lisboa 502 801 034 • Impressão EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro. ISSN: 0874-1360 • Estatuto editorial disponível no site em www.negocios.pt

MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA

...medialivre

Nº ERC: 121571 • Depósito Legal: 120966/98
Tiragem média de Agosto de 2024: 4.170 exemplares

SA LUÍS AFONSO

ÁSIA

China abre mais setores ao investimento externo

A lista de setores onde a China não permite investimento estrangeiro voltou a ser encurtada. Este domingo, Pequim anunciou a abertura de duas áreas: na indústria transformadora deixa de haver qualquer restrição ao investimento externo e na área da saúde passam a ser permitidos hospitais totalmente detidos por empresas estrangeiras em nove zonas do país.

Deste modo, a lista de setores condicionados passa de 31 para 29. As mudanças entram em vigor a 1 de novembro e refletem o mais recente esforço da China para atrair investimento e dar gás à economia.

A nova "lista negativa para o acesso a investimento estrangeiro" – como descreve a agência Xinhua – foi anunciada pelo Ministério do Comércio e pela Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reforma (CDNR), que diz ser um "importante passo para construir um novo sistema para uma economia aberta de nível superior".

Deste modo, Pequim retira as últimas restrições em vigor na indústria transformadora, sendo que as que restavam já eram de pequena dimensão. Por exemplo, deixa de ser obrigatório um controlo maioritário chinês em fábricas que fazem impressões e passa a poder haver investimento estrangeiro na produção de medicamentos chineses à base de plantas.

Na calha fica a abertura do setor dos serviços, com as autoridades a comprometerem-se com uma revisão das políticas atuais.

A grande novidade é mesmo na saúde, com nove zonas do país autorizadas a receberem hospitais totalmente detidos por estrangeiros: Pequim, Tianjin, Xangai, Nanjing, Suzhou, Fuzhou, Cantão, Shenzhen e Hainão. No entanto, os hospitais de medicina tradicional chinesa continuam a não poder ser comprados.

As mudanças entram em vigor a 1 de novembro para dar gás à economia.

O capital estrangeiro passa também a ser permitido no desenvolvimento e aplicação de tecnologia médica, incluindo na área das células estaminais e diagnóstico e tratamentos genéticos para as províncias de Pequim, Xangai, Guangdong e Hainão.

O investimento estrangeiro direto na China tem vindo a cair. Nos primeiros cinco meses do ano, o país atraiu 56,8 mil milhões de dólares, menos 28,2% que no período homólogo.

As tensões geopolíticas, incluindo guerras comerciais com a União Europeia e EUA, têm desencorajado os investidores, agravando o estado da economia chinesa. ■ INÊS SANTINHOS GONÇALVES

ELEVADOR

Paulo Ribeiro Pinto
paulopinto@negocios.pt

MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República

Convocar o Conselho de Estado em pleno período negocial do OE pode soar a pressão, mas também pode ter o potencial de desbloquear alguns pontos da discussão, sobretudo sentando à mesma mesa os três principais protagonistas: Luís Montenegro, Pedro Nuno Santos e André Ventura. Convocar uma segunda reunião, já depois de apresentada a proposta, terá outras leituras. ■

NICOLÁS MADURO
Presidente da Venezuela

A erosão da democracia na Venezuela avança a ritmo diário. Agora, o rosto da oposição e ex-candidato às presidenciais de julho, Edmundo Gonzalez, foi obrigado a exilar-se em Espanha depois de o Ministério Público venezuelano ter dado ordem de prisão. Gonzalez é acusado de ter cometido crimes de "usurpação de funções", "falsificação de documentos públicos", "instigação à desobediência das leis", "conspiração" e "sabotagem. ■